



14 DE JULHO DE 2015

Terça-feira

- RENAN AFIRMA SER 'PRUDENTE' VOTAR AUMENTO DE IMPOSTOS A EMPRESAS APÓS RECESSO
- GOVERNO AVALIA "ALTERNATIVAS POSSÍVEIS", DIZ MINISTRO SOBRE META FISCAL
- VALE INICIA SUBSTITUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DE ALTO CUSTO
- SETOR SIDERÚRGICO PIORA PERSPECTIVAS E AMEAÇA DEMITIR MAIS 4 MIL EM 2015
- CSN TRABALHA PARA VENDER ATIVOS ESTE ANO, INCLUINDO USIMINAS, DIZ CEO
- O PONTO DE VISTA DA INDÚSTRIA NACIONAL
- CHEGA DE TEIMOSIA!
- CRISE JÁ AFETA EMPREGO DE QUEM TEM DIPLOMA NO BRASIL
- INDÚSTRIA CONSEGUE LIMINAR CONTRA ENCARGO COBRADO NAS CONTAS DE LUZ
- STARTUP CURITIBANA QUER DEMOCRATIZAR CONTABILIDADE PARA PEQUENAS EMPRESAS
- QUEDA DE BONDS DA CSN ADQUIRE IMPULSO SEM FIM À VISTA
- VALLOUREC DISPENSOU QUASE 200 PESSOAS
- VALE E SIDERÚRGICAS SOBEM COM MINÉRIO; SMALL CAP DISPARA ATÉ 40% EM 2 PREGÕES
- FITCH REAFIRMA NOTA DE CRÉDITO DA GERDAU
- CONSTRUTORAS PRESSIONAM SIDERÚRGICAS EM NEGOCIAÇÕES DE PREÇO DE AÇO
- SETOR ALEGA QUE SÓ CÂMBIO NÃO ELEVA COMPETITIVIDADE

- CEO DA THYSSEN VÊ CHANCE DE ALIANÇAS ENTRE GRUPOS
- EXCEDENTE DE CAPACIDADE GLOBAL PREOCUPA AS USINAS
- QUADRO CINZENTO
- GESTÃO DA ÁGUA GANHA IMPORTÂNCIA NA INDÚSTRIA
- ESTRUTURA METÁLICA É APOSTA NA CONSTRUÇÃO
- RÓTULO ECOLÓGICO ATESTA DESEMPENHO DIFERENCIADO
- USO DE CARVÃO VEGETAL LIMPO TRAZ BONS NEGÓCIOS
- MUDANÇA ESTRUTURAL DERRUBA COTAÇÕES EM NOVA YORK
- DILMA ASSINA HOJE MP QUE CRIA FUNDOS PARA COMPENSAR PERDAS COM MUDANÇA NO ICMS
- ROSSETTO NEGA DESINTERESSE DE MONTADORAS EM ADERIR AO PPE
- COMÉRCIO TEM RETRAÇÃO DE 4,5% EM MAIO, A MAIOR DESDE 2003
- BRASIL CAI PARA SÉTIMO NO RANKING MENSAL QUE MEDE AS VENDAS GLOBAIS DE VEÍCULOS
- EMPRESA CATARINENSE DE TI ENXERGA CRISE COMO OPORTUNIDADE E ESPERA CRESCER 20% EM 2015
- TRABALHADORES DOS ESTALEIROS TEMEM FICAR A VER NAVIOS
- PRODUÇÃO NACIONAL DE AÇO BRUTO DEVE CAIR 3,4% EM 2015
- BRASIL CONTÉM CRESCIMENTO GLOBAL DA RENAULT
- ENTIDADES BUSCAM EXPANDIR SIMPLES NACIONAL PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
- MP QUE AUMENTA CONTRIBUIÇÃO SOBRE LUCRO DIMINUIRÁ CRÉDITO BANCÁRIO, DIZ FEBRABAN
- EQSEED: PLATAFORMA ONLINE PARA INVESTIMENTO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COMEÇA SUAS OPERAÇÕES
- RECEITA FEDERAL PUBLICA ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO eSOCIAL
- DEMISSÕES PERDEM FORÇA NO SUL DE MINAS
- VALE INICIA SUBSTITUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE FERRO DE ALTO CUSTO
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL DA ZONA DO EURO FICA ABAIXO DO ESPERADO
- GOVERNO SINALIZA MAIS AUMENTOS DE IMPOSTOS COMO PARTE DOS AJUSTES
- UNIFICAÇÃO DO PIS-COFINS DEVE SER APRESENTADA 'BREVEMENTE', DIZ LEVY

CÂMBIO EM 14/07/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,124	3,125
Euro	3,453	3,455

Fonte: BACEN

Renan afirma ser 'prudente' votar aumento de impostos a empresas após recesso

14/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Após ter se reunido com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu ser mais "prudente" deixar para depois do recesso parlamentar, que vai de 18 de julho a 1º de agosto, a votação do projeto que acaba com a política de desonerações na folha de pagamento de vários setores da indústria, por meio de aumento de tributos.

O governo tem pedido pressa na votação porque haverá ainda um prazo de 90 dias após a sanção para que as novas regras entrem em vigor.

"Vamos decidir o que fazer com a reoneração da folha de pessoal. Nós estamos muito preocupados. O desemprego tem aumentado, o custo de produção também, a indústria tem perdido competitividade. Talvez seja mais prudente deixar a votação desse projeto para o próximo semestre (legislativo, que começa em agosto)", afirmou Renan, ao chegar no Senado.

A Câmara dos Deputados aprovou a proposta no mês passado, após intensa negociação com a equipe econômica do governo, poupando somente alguns setores do aumento de tributo, principalmente o de transportes. No Senado, porém, está em discussão reduzir o aumento de forma igual para todos os setores abrangidos pela medida. Caso os senadores mudem o texto, ele terá de retornar para nova votação na Câmara.

Renan afirmou que a Medida Provisória que refinancia as dívidas dos clubes de futebol deverá ser votada nesta segunda-feira (13). Disse ainda que manterá na pauta o projeto do senador José Serra (PSDB-SP) que altera o estatuto da criança e do adolescente para ampliar o tempo máximo de internação de menores infratores, proposta que é tida como alternativa à redução da maioria penal.

O presidente do Senado afirmou ainda ser sua intenção a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nessa semana, o que permitiria ao Congresso entrar oficialmente de recesso no próximo final de semana.

Governo avalia "alternativas possíveis", diz ministro sobre meta fiscal

14/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



O ministro Nelson Barbosa (Planejamento) afirmou nesta segunda-feira (13) que o governo federal analisa "alternativas possíveis" para a meta de superávit primário (receitas menos gastos, fora despesas com juros).

Ele ressaltou, no entanto, que a meta atual, de 1,1% do PIB (Produto Interno Bruto) "ainda é factível".

"Depende de medidas adicionais de receita e uma reavaliação da programação de gastos", disse em coletiva de imprensa. Ele negou que o assunto tenha sido tratado em reunião do conselho político com a presidente Dilma Rousseff, na manhã desta segunda.

Ao todo, participaram do encontro 17 ministros, além do vice-presidente Michel Temer e lideranças do governo no Legislativo. Questionado sobre a criação de uma banda de flutuação para a meta de superávit primário, mecanismo semelhante ao do sistema de metas de inflação, Barbosa desconversou.

"O governo está sempre avaliando as alternativas possíveis. Essa discussão começou no Congresso, (...) mas obviamente cabe ao governo propor. É uma iniciativa do Poder Executivo. Isso requer uma discussão ampla, detalhada, envolvendo vários ministérios, que não deve ser antecipada", afirmou o ministro.

Na semana passada, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou emenda para reduzir de 1,1% para 0,4% do PIB a meta de superávit primário. Segundo Barbosa, eventuais mudanças na meta fiscal serão anunciadas na próxima semana.

"Houve uma frustração do cenário de receitas, mas outras medidas estão sendo estudadas pela equipe econômica. Também estamos analisando evolução do gasto para ver se algo mais pode ser feito", concluiu.

Desonerações

Barbosa destacou que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, está "empenhado" em concluir a tramitação do projeto da desoneração da folha de salários ainda este mês. A proposta foi aprovada mês passado pela Câmara dos Deputados, mas senadores apresentaram ressalvas ao texto.

O ministro do Planejamento voltou a criticar o reajuste para servidores do Judiciário, aprovado pelo Congresso, e disse que o governo ainda estuda alternativas para o aumento proposto – de até 78% para a categoria, escalonado em quatro anos.

"O reajuste não é compatível com a estabilidade fiscal. Isso deve ser motivo de veto", disse Barbosa. Ele ponderou que Judiciário e Executivo continuam as conversas por um

outro índice de reajuste. Segundo o governo, a medida tem impacto previsto de R\$ 25,7 bilhões.

Vale inicia substituição da produção de minério de ferro de alto custo

14/07/2015 - Fonte: Reuters

A Vale planeja substituir capacidade de produção de minério de ferro de alto custo entre 25 milhões e 30 milhões de toneladas ao ano, mantendo sua meta de produção para 2015, informou a companhia, nesta segunda-feira, em um comunicado.

O informe ao mercado veio após o diretor executivo de Ferrosos da mineradora, Peter Poppinga, ter afirmado em um evento em São Paulo que a companhia já iniciou o processo de substituição da produção de 25 milhões de toneladas.

Os volumes que vão deixar de produzir são de minas do sistema Sul e "um pouco" a partir do sistema Sudeste, de Minas Gerais, bem como de terceiros.

O volume de substituição da produção é superior à previsão para 2015 apresentada ao mercado pelo executivo em abril, de 22 milhões de toneladas.

Questionado por jornalistas se a companhia atingiria meta de produção de 340 milhões de toneladas para este ano, Poppinga afirmou que "vamos tentar chegar a 340 milhões".

As ações da mineradora reagiram positivamente após os comentários do executivo, com as preferenciais avançando 6 por cento e as ordinárias disparando perto de 8 por cento perto do fechamento do pregão na Bovespa.

Em relatório, os analistas Alexander Hacking e Thiago Ojea, do Citi, afirmaram que "a Vale pode cumprir suas metas de produção para 2015 com uma mistura de minas de menor custo, ou seja, há um potencial de valorização de resultados".

Os analistas do Citi destacaram ainda que a notícia indicou que a Vale não está disposta a vender minério de ferro produzido com alto custo. "Os cortes de produção são de produtos de alta sílica, com 'breakeven' de 60 dólares/tonelada, em nossa opinião."

Em abril, Poppinga já tinha explicado que a interrupção da produção de algumas minas não deveria afetar a meta de produção para o ano, já que haveria a entrega de nova capacidade de 32 milhões de toneladas a serem somadas à capacidade de 330 milhões de toneladas de 2014.

Dessa forma, apesar da retirada das 22 milhões de toneladas planejadas à época, a empresa estaria entregando uma produção extra, neste ano, de 10 milhões de toneladas, incluindo volume de terceiros.

Naquela oportunidade, Poppinga adiantou também que 30 milhões de toneladas de minério menos competitivos seriam analisados para possível paralisação, dependendo do comportamento do mercado.

Nesta segunda-feira, entretanto, o executivo evitou responder quantas toneladas de capacidade nova deverão ser acrescentadas ao longo deste ano.

Os planos da Vale divulgados em abril incluíam a retirada de minas menos competitivas, enquanto nova capacidade viria do sistema Sul e na Serra Leste de Carajás (PA), com melhores retornos.

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

Poppinga afirmou ainda que os preços do minério de ferro estão sendo influenciados pelo comportamento de mercado de capitais na China, que passou por uma fuga de investidores nas últimas semanas, e que a cotação da matéria-prima já teria atingido um piso.

"O preço tem que ser mais alto, mas vai ter volatilidade grande para a frente. Chegou a um piso. Vamos ter uma recuperação", afirmou Poppinga.

Os preços do minério de ferro no mercado à vista da China tocaram na semana passada o menor nível em 10 anos, em meio a uma perspectiva negativa para a economia do país.

Nos últimos dias, os preços apresentaram uma leve recuperação e agora estão perto de 50 dólares a tonelada, ainda 30 por cento abaixo dos valores praticados no fim de 2014.

Setor siderúrgico piora perspectivas e ameaça demitir mais 4 mil em 2015

14/07/2015 - Fonte: Reuters

A indústria siderúrgica do Brasil voltou a revisar para baixo suas estimativas de desempenho neste ano e informou nesta segunda-feira que pode demitir mais 4 mil funcionários até o final do ano, diante do baixo nível de utilização de capacidade produtiva.

O Instituto Aço Brasil (IABr), que representa as siderúrgicas, afirmou que desde junho do ano passado o setor demitiu 11,2 mil funcionários, com outros 1.400 em suspensão de contratos de trabalho.

Incluindo os 4 mil ameaçados de corte, o setor pode chegar ao fim do ano com uma redução de cerca de 12 por cento de sua força de trabalho em relação a junho do ano passado, disse o presidente-executivo do IABr, Marco Polo de Mello Lopes, a jornalistas, durante congresso da indústria.

A projeção de cortes vale para o atual cenário estimado pelo IABr, que vê queda na produção de aço bruto de 3,4 por cento no Brasil este ano, a 32,75 milhões de toneladas. Até abril, a entidade esperava por uma alta de 6,5 por cento na produção neste ano.

"Mercado interno fraco, energia mais cara, juros e carga tributária em alta fizeram com que o setor enfrentasse uma utilização de capacidade muito baixa. Estamos operando a 69 por cento quanto o ideal seria acima de 80 por cento", disse Lopes. "Infelizmente, se não houver uma reversão, vai haver um agravamento da situação", disse ele em relação às demissões.

O IABr também cortou a projeção para as vendas no mercado interno, que já era de queda. A entidade espera agora recuo de 15,6 por cento no volume de aço comercializado no Brasil em 2015, a 18,3 milhões de toneladas. A estimativa anterior previa queda de 8 por cento nas vendas sobre 2014.

A perspectiva para o consumo aparente, que inclui vendas internas mais importação, é de queda de 12,8 por cento este ano, a 24,6 milhões de toneladas, ante estimativa anterior de queda de 7,8 por cento.

"Considerando os últimos dois anos, temos uma queda de mais de 20 por cento no consumo aparente", disse Benjamin Baptista Filho, presidente do IABr e da ArcelorMittal no Brasil. "Se os clientes não estão conseguindo produzir como previam antes, isso tem um impacto direto em nós", acrescentou.

Baptista disse que a situação mais grave é para o segmento de aços planos, uma vez que em longos ainda há demanda de obras de moradia e infraestrutura, apesar da escassez de novos projetos. "A luz não está no fim do túnel", disse o presidente da ArcelorMittal no Brasil.

Atualmente, o setor está com dois alto-fornos, quatro aciarias e quatro laminadores parados, disse o presidente-executivo do IABr. Além disso, tem uma série de equipamentos comprados mas ainda não instalados, incluindo dois alto-fornos, uma aciaria e dois laminadores.

A Usiminas anunciou em meados de maio o desligamento temporário de dois alto-fornos, reduzindo sua produção para se adequar à demanda do mercado interno.

NÚMEROS DO SEMESTRE

Em junho, a produção de aço bruto do Brasil subiu 2,1 por cento sobre o mesmo período do ano passado, a 2,776 milhões de toneladas, mas ficou bem abaixo das 2,983 milhões de toneladas de maio deste ano.

No primeiro semestre, a produção das siderúrgicas brasileiras subiu 2 por cento em relação ao mesmo período do ano passado, para 17,075 milhões de toneladas.

Já as vendas no mercado interno somaram no mês passado 1,45 milhão de toneladas, queda de 9,4 por cento sobre junho de 2014 e praticamente estável sobre as 1,49 milhão de toneladas de maio. No semestre, as vendas somaram 9,728 milhões de toneladas, queda de 12,9 por cento sobre a primeira metade de 2014.

CSN trabalha para vender ativos este ano, incluindo Usiminas, diz CEO

14/07/2015 - Fonte: Reuters

A Companhia Siderúrgica Nacional está trabalhando para vender ativos ainda este ano, entre eles a sua participação da companhia na Usiminas, disse nesta segunda-feira o presidente da empresa, Benjamin Steinbruch.

"Temos que olhar para uma realidade de juros em alta e temos que ter cuidado com o nível de endividamento", disse Steinbruch, completando que uma eventual venda da fatia da empresa na Usiminas "vai depender das oportunidades".

O ponto de vista da indústria nacional

14/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Muito se tem falado recentemente na imprensa brasileira sobre a política de conteúdo local. E percebe-se que alguns analistas de mercado e economistas têm colocado de forma pejorativa a política de conteúdo local na área de petróleo e gás, deixando a entender que este é um dos problemas de sobrepreços da Petrobras, como se a empresa não usasse os preços de referência internacional desses equipamentos na negociação para fechar os pedidos com os fabricantes nacionais.

As colocações feitas são, em boa parte, equivocadas – sobretudo quando colocam o assunto dentro do mesmo balaio da corrupção e da incompetência na Petrobras.

Diante dessa constatação, é extremamente importante que a indústria brasileira atuante nesse setor faça a defesa da política de conteúdo local para a área de petróleo e gás. É importante que se leve em consideração, nas análises feitas, o ponto de vista da indústria nacional, elencando vantagens, ganhos e, principalmente, externando uma grande

preocupação do empresário nacional, que é a perda efetiva desses empregos no Brasil e o risco da extinção dos polos criados após a introdução da PCL, que mudaram a situação de muitas regiões e cidades como Rio Grande, na metade sul do estado do Rio Grande do Sul.

Antes da criação do polo naval, a região era pobre e mudou radicalmente seu perfil em menos de dez anos.

O polo naval de Suape seguiu os mesmos passos, desenvolvendo uma cadeia de fornecedores que se instalaram em Pernambuco, gerando uma onda de industrialização no estado. O legado desta política, sem sombra de dúvidas, está gerando inclusão social.

O Brasil já foi o segundo maior produtor na área naval. Mas em poucas décadas transferimos milhares de empregos para a China e a Coreia do Sul.

Chega de teimosia!

“Nunca subestime a habilidade dos políticos para fazer a coisa errada”, disse Barry Eichengreen. Eis um exemplo: passados 12 anos da sua edição, em 2003, a política de conteúdo local do setor de óleo e gás no Brasil tem se mostrado um retumbante fracasso.

[Leia o artigo de João Luiz Mauad, administrador de empresas e diretor do Instituto Liberal.](#)

É de grande valia que a opinião pública seja informada de que os fabricantes locais têm plena capacidade de atender ao nível de conteúdo local exigido pela Petrobras, de cerca de 65%. Segundo as estimativas da empresa, devem ser movimentados até 2018 mais de US\$ 220 bilhões em investimentos.

O que esses investimentos podem gerar no Brasil? De acordo com cálculo do fator multiplicador e base de estudo realizado pelo economista Igor Moraes, condecorado como economista do ano pelo Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul, quando uma máquina ou equipamento é produzido localmente, gera riqueza dentro da cadeia de fornecedores e se multiplica por 2,1.

Ou seja: se porventura esse valor anunciado de investimentos fosse em 100% de máquinas e equipamentos produzidos no Brasil, estes US\$ 220 bilhões se transformariam em US\$ 462 bilhões.

Portanto, abdicar de uma política de conteúdo local é ser no mínimo inconsequente. Errar é humano, mas repetir no erro é ser inconsequente.

Dos anos 70 até os anos 80, o Brasil chegou a ser o segundo maior produtor na área naval. De lá para cá, transferimos somente neste segmento milhares de empregos para a China e a Coreia do Sul – hoje, os dois maiores produtores –, em boa parte por falta de visão estratégica para o desenvolvimento desta indústria no Brasil.

Isso significa dizer que retiramos de muitos jovens a oportunidade de um futuro melhor; se isso não tivesse ocorrido, certamente teríamos menos presidiários, menos pobreza e melhor qualidade de vida.

Hernane Cauduro é diretor da Metal Work no Brasil e vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) para o Rio Grande do Sul.

Chega de teimosia!

14/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

“Nunca subestime a habilidade dos políticos para fazer a coisa errada”, disse Barry Eichengreen. Eis um exemplo: passados 12 anos da sua edição, em 2003, a política de conteúdo local do setor de óleo e gás no Brasil tem se mostrado um retumbante fracasso.

Apenas nos últimos três anos, o descumprimento das regras gerou multas de R\$ 315 milhões, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Somente no último ano foram R\$ 278 milhões, sendo a maior parte (42%) de responsabilidade da Petrobras.

Historicamente, as políticas de conteúdo local tornaram-se parte integrante da nossa cultura econômica intervencionista. Foi com base nessa cultura que sucessivos governos, a partir da segunda metade do século passado, promoveram os chamados processos de “substituição de importações”, que viriam a travar o desenvolvimento do país por décadas.

Durante os anos 70, por exemplo, tal política foi aplicada para incentivar a indústria de informática. O discurso dos militares, na época, era exatamente o mesmo de hoje: capacitar e desenvolver tecnologicamente a indústria doméstica, extinguindo a dependência externa.

O resultado, entretanto, como é sabido, incentivou o contrabando e acabou punindo os consumidores, obrigados a adquirir equipamentos obsoletos e caros, além de comprometer a capacidade do país de absorver e criar novas tecnologias. Sem concorrência, simplesmente não há avanço.

Sem concorrência, simplesmente não há avanço

Ao estabelecer o protecionismo, as políticas de conteúdo local privilegiam a contratação de empresas pouco competitivas e ineficientes, oneram absurdamente os investimentos, aumentam o gasto público e, *last but not least*, punem contribuintes e consumidores – sem falar da gigantesca porta que se abre à corrupção, como têm demonstrado as investigações da Operação Lava Jato em relação à aquisição e locação de sondas pela Petrobras.

Como tem sido sobejamente demonstrado nos últimos anos, não possuímos um parque industrial tecnologicamente capacitado para fornecer equipamentos no ritmo necessário aos projetos de prospecção em andamento.

Apesar disso, e malgrado a pressão da própria indústria de óleo e gás (inclusive da Petrobras) por revisões na atual legislação, o governo, contrariando a lógica, o bom senso e a boa teoria econômica, tem se mantido irredutível na manutenção do modelo vigente.

A presidente Dilma Rousseff – não por acaso, uma das idealizadoras e principal defensora dessa política – segue determinada a manter a estroenga. Se mudanças houver, será para torná-la ainda mais rigorosa, disse recentemente a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard:

“Ajustes poderão vir para reforçar a política. Cabe às empresas desenvolver sua cadeia de fornecedores”.

Não pode haver nada mais deletério para o progresso de um país do que o intervencionismo de políticos e burocratas voluntaristas no mercado, especialmente quando desconhecem as leis e teorias econômicas mais elementares.

O governo que aí está pensa que o desenvolvimento industrial e tecnológico acontece da noite para o dia, bastando para isso editar leis e decretos nesse sentido, além de colocar montanhas de dinheiro público na empreitada, claro.

Se tivessem alguma noção do que são custos de oportunidade ou conhecessem, ainda que superficialmente, a teoria das vantagens comparativas – desenvolvida por David Ricardo há mais de dois séculos –, provavelmente não estariam nos impondo políticas absurdas, caras e contraproducentes como essa.

João Luiz Mauad é administrador de empresas e diretor do Instituto Liberal.

Crise já afeta emprego de quem tem diploma no Brasil

14/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A recessão começou a afetar os trabalhadores mais escolarizados. O dado mais recente do mercado formal indica que em maio houve mais demissões que contratações de pessoas com diploma universitário, algo inédito para esse mês na série histórica iniciada em 2004.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), quase 5,7 mil vagas ocupadas por profissionais com curso superior foram fechadas no país.

Apesar dessa baixa, a primeira do ano, o saldo acumulado em 2015 ainda é positivo. De janeiro a maio, 62,4 mil pessoas com curso superior foram admitidas, já descontados os desligamentos.

Mas esse número equivale a menos da metade do registrado no mesmo período de 2014. É também o mais baixo em pelo menos 12 anos. E corre o risco de passar para o lado negativo se o fluxo visto em maio se repetir nos próximos meses.

Até 2011, o país gerava empregos para trabalhadores de todos os níveis de instrução. No ano seguinte, o Caged passou a apontar perdas para profissionais que tinham até o ensino fundamental completo.

No início deste ano, as empresas passaram a fechar também postos de nível médio. Para especialistas em mercado de trabalho, os graduados tendem a ser as próximas vítimas.

Ajuste no salário

A crise também se manifesta nos salários de admissão do mercado formal. Na comparação com os cinco primeiros meses de 2014, a remuneração dos recém-contratados subiu abaixo da inflação – ou seja, houve perda real – para todos os níveis de instrução.

A maior defasagem ocorreu justamente para os trabalhadores com curso universitário. Em um ano, salário médio de admissão deles subiu apenas 3,6%, ante uma inflação de 8,5%.

“O natural é que primeiro as pessoas menos escolarizadas, menos produtivas, percam seu emprego. Mas chega um momento em que a crise atinge os mais escolarizados”, diz João Saboia, professor emérito do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“Não acho que maio tenha sido um ponto fora da curva. Minha expectativa é de que esse movimento se aprofunde.”

Maurício Sabadini, professor de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), também acredita que o processo de deterioração do mercado de trabalho tende a continuar. “Existe uma conjuntura de crise internacional que não vem de agora. Ela é agravada pela política econômica recessiva aplicada aqui. Isso afeta a ponta final, que é o mercado de trabalho”, diz.

Sem medo de demitir

O economista Cássio Calvete, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), observa que, por algum tempo, o mercado de trabalho permaneceu aquecido apesar da desaceleração da economia.

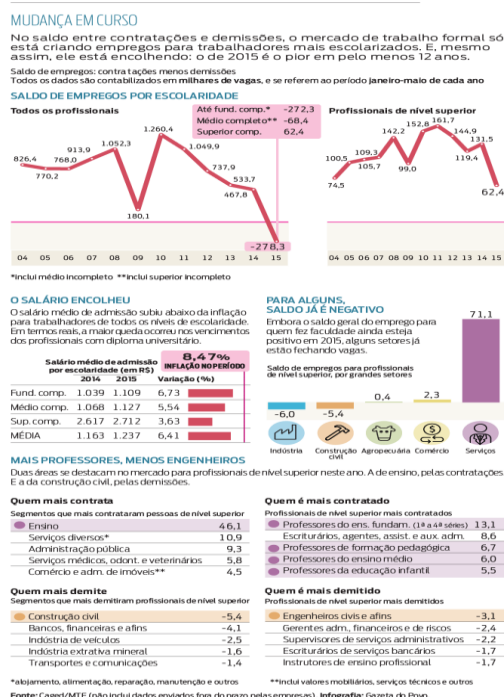
Com isso, muitas empresas evitaram demitir funcionários mais qualificados, pois temiam ter dificuldade em contratar trabalhadores com o mesmo nível de instrução caso a atividade econômica se recuperasse logo. Esse temor passou, diz Calvete.

“A deterioração do mercado de trabalho e o aumento do desemprego têm sido tão rápidos que as empresas sabem que, se demitirem, conseguirão recontratar. O risco de não encontrar profissionais disponíveis está diminuindo”, explica.

Alta no desemprego

A pesquisa Pnad Contínua, do IBGE, também aponta para uma piora no mercado de trabalho para os mais qualificados. Os profissionais com ensino superior são os que menos sofrem com o desemprego, mas sua taxa de desocupação está aumentando.

Ela subiu de 3,4% para 4,6% entre o quarto trimestre de 2014 e o primeiro de 2015. No mesmo intervalo, a taxa de desocupação geral (todas as escolaridades) saltou de 6,5% para 7,9%.



Paraná tem o segundo melhor saldo para profissionais mais escolarizados

O Paraná não é exatamente uma ilha de prosperidade para os profissionais com diploma universitário, mas a situação do estado é melhor que a da média nacional. O saldo de empregos formais para esses trabalhadores, de 7,4 mil em cinco meses, é o segundo maior do país, abaixo apenas de São Paulo (28 mil).

De cinco grandes setores da economia do estado, apenas a construção civil registrou corte de empregos para trabalhadores de nível superior neste ano, e o saldo negativo foi de apenas 24 vagas. Mas já aparecem sinais de alerta: em maio, o estado gerou apenas 100 empregos de nível superior.

Como em todo o país, o ensino se destaca como o maior gerador de empregos qualificados, com 3,3 mil vagas no ano. Na outra ponta, bancos e montadoras aparecem entre os que mais demitiram.

Indústria e construção civil puxam demissões

Alguns setores vêm fechando vagas há alguns meses. É o caso da indústria e da construção civil, que, somadas, cortaram 11,4 mil empregos de janeiro para cá. O drama se reflete na lista de profissionais mais demitidos. Dentre 583 ocupações, a que registrou o maior corte de empregos formais foi a de engenheiros civis e afins, com 3,1 mil demissões no ano.

Comércio e agropecuária exibem saldo ligeiramente positivo, mas declinante. O único setor com resultados mais consistentes é o dos serviços, com pouco mais de 71 mil vagas formais preenchidas em cinco meses.

A atividade que mais se destaca é a do ensino, com 46,1 mil contratações – os professores de primeira a quarta série lideram a lista de contratações no país, com 13,1 mil admissões, e profissionais que dão aula para outros níveis de ensino também aparecem nas primeiras posições.

Para o economista João Saboia, da UFRJ, o setor de serviços deve ser o último afetado pela crise. “Ele é muito heterogêneo. Em alguns ramos há participação expressiva de pessoal de nível superior, em outros, não. Mas imagino que em algum momento ainda neste ano ele também comece a ter fluxo negativo”, alerta.

Indústria consegue liminar contra encargo cobrado nas contas de luz

14/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi notificada na última sexta-feira (10) sobre a obtenção, por um grupo de indústrias do segmento eletrointensivo, de liminar contra os atuais critérios de rateio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A CDE é um encargo cobrado nas contas de luz que deve representar uma arrecadação via tarifas de R\$ 22 bilhões em 2015 e que foi o principal responsável pela forte elevação das tarifas de energia neste ano.

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace) disse na ação judicial que “a manutenção da integralidade da CDE/2015 significará forte demissão na indústria de transformação”. A Abrace representa nomes de peso da indústria como Alcoa, Ambev, Braskem, Gerdau e Dow Chemical.

A decisão da 2ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal é assinada pelo juiz Charles Renaud Frazão de Moraes e desobriga as associadas da Abrace de parcelas da CDE que, na visão dessas empresas, deveriam ser pagas pelos consumidores cativos, que são aqueles atendidos pelas concessionárias de distribuição de energia.

“Estamos pagando proporcionalmente muito, e mais do que devíamos, de uma conta que está muito elevada”, disse à Reuters o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa, no mês passado, após ajuizar a ação.

Repasses

A CDE representou repasses de R\$ 1 bilhão às tarifas de consumidores cativos e livres em 2013 e de R\$ 1,7 bilhão em 2014, mas disparou em 2015, quando o Tesouro Nacional deixou de aportar recursos no fundo, responsável por bancar diversos subsídios e repasses a agentes do setor elétrico.

Representantes da Abrace não foram encontrados para comentar o assunto nesta segunda-feira (13).

Entre os pontos questionados pela indústria eletrointensiva na CDE estão cobranças para bancar o pagamento de indenizações a empresas do setor elétrico que aceitaram renovar as concessões de geração e transmissão, a partir do fim de 2012, e custos para subsidiar a geração termelétrica em regiões que já estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), como Amazonas e Macapá.

Defesa

Para tentar evitar a concessão da liminar, a Aneel disse, em sua defesa, que a decisão favorável à Abrace resultaria “em aumento das tarifas dos demais consumidores do sistema interligado nacional, particularmente aos consumidores cativos conectados em baixa tensão”.

A agência reguladora também alegou que a ação poderia “acarretar insuficiência de recursos da CDE para honrar seus compromissos legais e contratuais”. Procurada por meio da assessoria de imprensa, a Aneel não se manifestou.

Startup curitibana quer democratizar contabilidade para pequenas empresas

14/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Descomplicar a contabilidade para micro e pequenos empresários e dispensar o espesso livro contábil de capa dura, velho conhecido das empresas, é a principal ideia da startup curitibana Contabilizei.

Focada em democratizar o serviço por meio de um software de contabilidade online com assinatura mensal, a empresa é a mais nova aposta dos fundadores do Mercado Livre, que a escolheram para receber um aporte de sua gestora de capitais, a Kaszek Ventures. No mercado desde o início de 2014, a startup está em sua segunda rodada de investimentos e prevê um crescimento de até 30% neste ano.

A ideia da Contabilizei surgiu quando o empreendedor Vitor Torres dispunha de serviços online para quase todas as atividades nas empresas, exceto a contabilidade. Foi quando decidiu unir sua veia empreendedora e o gosto pela tecnologia para mudar o paradigma

de atendimento na contabilidade, algo tão essencial à gestão de uma empresa, mas ainda tão complexo e feito no papel em plena era digital. "É uma antagônia. Eu quis traduzir o serviço de maneira simples, de empresário para empresário".

SEM CRISE

Segundo o empresário Vitor Torres, com o serviço gratuito de abertura de empresas, a startup tem ido na contramão da crise econômica, abrindo mais empresas que no ano passado.

"As pessoas têm encontrado no empreendedorismo uma forma de sustento e para nós isso é muito positivo, a taxa de mortalidade até o momento é zero", comemora.

Para isso, ele e seu sócio Fábio Bacarin trabalharam no desenvolvimento de um software online próprio, com serviço que inclui todas as obrigações legais com Receita Federal e prefeitura, como pró-labore dos sócios, obrigações acessórias, relatórios contábeis e outros itens. Por meio de uma interface simplificada, o empresário pode consultar relatórios de fluxo, impostos e emitir notas.

O serviço custa R\$ 49 mensais para empresas prestadoras de serviço na modalidade Simples Nacional, com até dois sócios e sem funcionários, e R\$ 99 para a modalidade Lucro Presumido. Caso o número de sócios, funcionários ou faturamento seja diferente do previsto nos planos, é feito um orçamento personalizado.

"Nosso foco são os pequenos, pois são o motor da economia e precisam economizar nesse tipo de serviço para investir no crescimento da empresa, vemos nosso trabalho como uma forma de democratizar a contabilidade e ajudar a economia do Paraná e do Brasil", diz Torres.

Hoje, a empresa está em mais de 30 cidades e conta com um terceiro sócio, o contador Heber Dionizio, e uma equipe de 26 profissionais que deve ganhar até seis integrantes ainda neste ano.

Investimento

A primeira rodada de investimentos da Contabilizei aconteceu em meados de 2014, quando foi selecionada pelo grupo de investidores-anjo Curitiba Angels para seu primeiro aporte. Poucos meses depois, Vitor e seus sócios foram procurados pela Kaszek Ventures, investidora de empresas como Netshoes e Open English, para discutir um possível investimento.

O aporte, de valor não divulgado, deve incrementar em até 45% a média de crescimento da empresa e, segundo o empresário, será utilizado para o desenvolvimento da equipe, aprimoramento do software, expansão e divulgação do serviço, reforçando a importância da contabilidade como algo essencial ao crescimento das empresas.

"Além disso, poderemos contar com a ampla experiência e networking deles. É ótimo saber que estamos no caminho certo e nos veem como uma empresa de ponta", comemora Torres.

Queda de Bonds da CSN adquire impulso sem fim à vista

14/07/2015 - Fonte: InfoMoney

Para os investidores em bonds da produtora de aço mais endividada da América Latina, as coisas não param de piorar. As notas da Cia. Siderúrgica Nacional de US\$ 1,2 bilhão com vencimento em 2020 caíram para o valor mínimo recorde de 84,4 centavos por dólar

quando neste mês a Standard Poor's rebaixou a perspectiva para a companhia devido à sua incapacidade de vender ativos e reduzir dívidas.

Como os preços do aço estão em queda livre e a economia do Brasil está se deteriorando, as expectativas de que o CEO Benjamin Steinbruch venda ativos estão diminuindo porque é provável que as ofertas tenham um valor baixo, de acordo com o UBS AG.

A CSN já sofreu três rebaixamentos do seu rating neste ano, já que sua alavancagem subiu para seu maior nível em mais de uma década.

"Steinbruch hesitaria muito em aceitar uma baixa contábil grande de seus ativos", disse Sean Glickenhau, analista de dívida corporativa do UBS, em entrevista por telefone de Nova York. "Considerando as condições do mercado, é improvável que ele receba um prêmio suficiente".

Glickenkau tem uma recomendação equivalente a venda para os bonds da CSN. As notas perderam 4,1 por cento neste ano, o pior desempenho entre 52 pares acompanhados pela Bloomberg. Os yields sobre os títulos deram um salto de 2,27 pontos porcentuais neste ano, para 10,57 por cento.

A CSN, com sede em São Paulo, disse em resposta por e-mail a perguntas que conta com uma estratégia clara para reduzir seu endividamento por meio de reduções de custos e vendas de ativos.

Fraqueza

Durante uma teleconferência no dia 12 de março, o diretor executivo da CSN, David Salama, disse aos analistas que a terceira maior fabricante de aço do Brasil consideraria a venda de ativos para reduzir sua dívida líquida, que subiu para R\$ 20 bilhões (US\$ 6,4 bilhões) no primeiro trimestre, levando a alavancagem para 4,85 vezes os lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

"Um rebaixamento é possível no decorrer dos próximos seis meses se a economia brasileira permanecer fraca, a menos que a CSN adote medidas extraordinárias para melhorar suas entradas de caixa, como, por exemplo, vendas de ativos", disse a S&P em um comunicado no dia 1º de julho.

A CSN tem nota BB pela S&P, dois níveis abaixo do grau de investimento, em sintonia com o ranking dado à empresa pela Fitch Ratings.

A CSN está tendo dificuldades por causa da queda de 30 por cento dos preços do minério de ferro neste ano e porque a maior economia da América Latina, onde a empresa gera cerca de 60 por cento da sua receita, está prestes a sofrer sua maior contração em 25 anos.

"As razões da alavancagem vão se deteriorar significativamente em 2015 e possivelmente em 2016 se não houver uma melhoria no minério de ferro e no mercado de aço do Brasil", disse Glickenhau do UBS. "Muita coisa tem que acontecer para que melhorem".

Vallourec dispensou quase 200 pessoas

14/07/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A francesa Vallourec dispensou nesta semana cerca de 200 trabalhadores da usina do Barreiro, na capital mineira, conforme o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, Geraldo Valgas. A entidade e a companhia não conseguiram

chegar ao acordo em torno das medidas necessárias para ajustar a produção da usina.

Segundo Valgas, a companhia rompeu as negociações que estavam em andamento e decidiu demitir os operários. "Tentamos negociar medidas, como compensação de jornada e banco de hora", afirma.

As negociações foram iniciadas após a empresa informar ao sindicato, no mês passado, que avalia eliminar um turno de produção na laminação contínua e na laminação automática. As linhas deverão deixar de operar no terceiro turno. Além disso, a entidade informou na época que um alto-forno poderá ser abafado no início de 2016.

Conforme ele, as dispensas no complexo siderúrgico se estenderão para outros trabalhadores. "As informações que nós temos são que a Vallourec vai eliminar um turno e demitir 700 funcionários", afirma.

Valgas diz ainda que já pediu uma reunião ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). "Já está caracterizada demissões em massa", justifica. Além disso, conforme ele, o Ministério Público será acionado.

Em nota, a siderúrgica afirma que em decorrência da crise econômica e da queda na demanda por tubos, a Vallourec realizou algumas reuniões com o sindicato tentando negociar uma compensação da jornada de trabalho, visando minimizar os impactos.

"Ontem, dia 8 de julho, as partes não conseguiram chegar a um entendimento que justificasse a continuidade da negociação e foi estabelecido um impasse pelo sindicato, que abandonou as negociações", informa o texto.

Conforme a companhia, "não é possível afirmar se acontecerão novas demissões, já que a empresa está justamente estudando todas as soluções para garantir a sustentabilidade econômica do seu negócio e o bem-estar de seus empregados".

O setor siderúrgico enfrenta uma das suas piores crises nos últimos anos. Para ajustar a produção são realizadas demissões, férias coletivas e redução da jornada de trabalho. Dados do Instituto Aço Brasil (IABr) apontam que consumo aparente recuou 10,9% entre janeiro e maio na comparação com o mesmo intervalo de 2014, atingindo 9,9 milhões de toneladas.

Em Jeceaba (Campo das Vertentes), por exemplo, informações divulgadas em maio dão conta que a VSB Tubos do Brasil, joint venture entre a Vallourec e a japonesa Sumitomo, suspendeu o contrato de 1.400 trabalhadores. Os funcionários ficarão cinco meses afastados.

Outra empresa que vem adotando medidas para ajustar a produção ao atual cenário é a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas). A companhia propôs a redução da jornada e dos salários para cerca de 3 mil trabalhadores.

Vale e Siderúrgicas sobem com minério; Small Cap dispara até 40% em 2 pregões

14/07/2015 - Fonte: InfoMoney

As ações da Vale (VALE3, R\$ 17,67, +2,97%; VALE5, R\$ 14,95, +2,82%), Bradespar (BRAP4, R\$ 9,87, +1,75%), holding que detém forte participação na mineradora, além das siderúrgicas Usiminas (USIM5, R\$ 4,15, +2,98%), CSN (CSNA3, R\$ 4,76, +2,37%) e Gerdau (GGBR4, R\$ 6,88, +0,44%) amenizam os ganhos após terem subido mais 4%, em

meio à recuperação do minério de ferro, que subiu 12% nesses últimos dois dias diante das medidas adotadas pelo governo chinês para estancar a queda das ações no país.

O movimento ocorre após forte derrocada da commodity, que caiu por dez dias seguidos até quarta-feira, quando acumulou desvalorização de 28%.

Fitch reafirma nota de crédito da Gerdau

14/07/2015 - Fonte: O Globo

A agência de classificação de risco Fitch reafirmou nesta quinta-feira a nota de probabilidade de inadimplência do emissor (IDR, na sigla em inglês) de longo prazo em moeda local e estrangeira "BBB-" da siderúrgica Gerdau, mantendo perspectiva estável para o rating.

Segundo a Fitch, a reafirmação do rating reflete a baixa estrutura de custos da Gerdau e sua rede de suprimento de sucata bem desenvolvida, diversificação geográfica e habilidade de gerar fluxo de caixa livre positivo durante períodos de condições operacionais difíceis.

Construtoras pressionam siderúrgicas em negociações de preço de aço

14/07/2015 - Fonte: Reuters

Construtoras voltadas ao segmento residencial estão vendo terreno propício para pressionar produtores de aços longos no Brasil a baixarem preços ou manterem os valores em níveis atuais, apesar da desvalorização do dólar contra o real que ajuda a conter importações de produtos siderúrgicos.

Anúncios de aumentos de preços feitos no final do primeiro trimestre não chegaram a ser implementados entre grandes construtoras e cooperativas de construtoras organizadas, com estes grupos enxergando espaço para até mesmo cobrarem reduções de preços de aços longos num momento em que o mercado é disputado a tapas por novos e tradicionais rivais.

"O (preço do) aço não vai subir não, as vendas estão caindo bastante, o mercado imobiliário está andando para trás em muitos lugares e as grandes obras acabaram. Não tem como absorver novos aumentos", disse Dionyzio Klavdianos, presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

"Teve um reajuste nos preços de aço longo de pelo menos 8 por cento em março (...) Só que para as construtoras maiores e cooperativas a gente conseguiu segurar e não teve aumento em março", disse Dionyzio Klavdianos, presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic).

Além de Klavdianos, um alto executivo de uma das maiores construtoras do país afirmou à Reuters que a empresa conseguiu reduções de gastos ao longo do primeiro semestre com material, incluindo aço longo, e não descartou eventuais novas diminuições de preços mais para o final do ano.

"Tivemos importantes reduções de custos com material no começo do ano (...) Elas (siderúrgicas) ainda têm gordura para queimar", disse o executivo, pedindo para não ser identificado diante da sensibilidade das negociações.

A produção de aços longos do país de janeiro a maio acumulou queda de 10 por cento sobre o mesmo período do ano passado, a 4,22 milhões de toneladas. As vendas, enquanto isso, caíram 11,4 por cento, a 3,59 milhões de toneladas, segundos dados do Instituto Aço Brasil, que representa as siderúrgicas.

Segundo Klavdianos, que preside também a Coopercon Brasil, entidade que reúne cooperativas de construtoras em 11 Estados do país, incluindo Rio Grande do Sul e das regiões Nordeste e Centro-Oeste, parte do poder maior de barganha das construtoras está na entrada de novos fornecedores de aços longos no mercado.

Ele citou o caso da CSN, que começou a vender o insumo no ano passado e tem capacidade para produção de 500 mil toneladas anuais, e a Sideúrgica Latino-Americana (Silat), do grupo espanhol Hierros Añon, instalada no Porto de Pecém, no Ceará.

Procurada, a Gerdau, uma das maiores fornecedoras de aços longos do país, afirmou que não faz comentários sobre sua política comercial.

O momento diverge do ano passado, em que foi "difícil segurar os reajustes" nos preços de aços longos, disse Klavdianos.

"Até agora tinha só Gerdau, Arcelor, Votorantim e Aço Cearense, mas chegou a CSN e a Silat. Com a concorrência, os preços, no mínimo, não aumentam", afirmou. "Tem espaço para discutir desconto de preços no segundo semestre", acrescentou.

Setor alega que só câmbio não eleva competitividade

14/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

A desvalorização do real frente às principais moedas internacionais ainda não ajudou as siderúrgicas brasileiras na competição com os produtos importados, disse ontem Benjamin Baptista Filho, presidente do conselho do Aço Brasil, na abertura do Congresso Brasileiro do Aço, realizado em São Paulo.

O executivo, que comanda a ArcelorMittal no Brasil, lembrou que além do chamado custo Brasil, que encarece a produção no país, importantes exportadores de aço ao redor do mundo tiveram suas moedas depreciadas, em ritmo mais acelerado.

Baptista apresentou cálculos mostrando que hoje o mercado internacional do aço sofre de um excesso de oferta maior do que 700 milhões de toneladas. Ele citou especificamente a China como um país que, após passar de importador para exportador líquido, elevou essa sobrecapacidade.

"A China é protagonista porque só lá há excesso de 417 milhões de toneladas de aço, frente à demanda interna", afirmou o executivo. "E nos próximos dois anos, a expectativa é que capacidade produtiva seja elevada em mais 106 milhões de toneladas, enquanto o consumo de aço na China provavelmente chegou ao pico."

O instituto integra um grupo de reclamantes da participação chinesa no comércio internacional siderúrgico, que inclui a Alacero, de toda a América Latina. "É sabido que a indústria siderúrgica chinesa recebe muitos subsídios estatais, mesmo aquelas com problemas ambientais e de eficiência", afirmou Baptista.

Sobre o ajuste fiscal em curso no Brasil, o presidente do conselho do Aço Brasil disse que há necessidade de reorganizar as contas, mas "esse não pode ser o único foco". Segundo ele, é necessário focar na indústria, pois sem ela, não há crescimento da economia, criação de empregos, nem aumento da renda.

Presente ao evento, o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, disse que o governo ainda acredita em políticas industriais. Mas que o foco, daqui para frente, serão políticas voltadas à produtividade de setores que estão apresentando padrões de competitividade muito baixos.

Segundo ele, as políticas industriais brasileiras foram, nos últimos anos, voltadas ao protecionismo, com foco em medidas anticíclicas após a crise financeira internacional.

CEO da Thyssen vê chance de alianças entre grupos

14/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

O grupo ThyssenKrupp não tem planos imediatos de deixar completamente a indústria de aço e se concentrar no negócio de bens de capital de alta tecnologia e em inovação, que atualmente responde por 70% da receita global do conglomerado e por cerca de 80% da geração de resultado operacional.

Mas também não descarta avaliar oportunidades que vierem a surgir dentro de um novo movimento de consolidação da siderurgia na Europa, onde está sua grande operação.

A unidade brasileira, ThyssenKrupp CSA, em cuja construção o grupo perdeu vários bilhões de euros devido a atrasos, aumento de custos e problemas na execução da obra, no entanto, já está com seu destino selado e é certo que não ficará no portfólio de negócios do conglomerado.

Será questão de momento, da melhor hora do mercado de aço, que hoje encontra-se muito depreciado. "No curto prazo é impossível; no longo prazo é provável tanto a venda do controle da empresa como a entrada de um sócio", disse Heinrich Hiesinger, presidente mundial do grupo, em entrevista exclusiva ao Valor.

No entanto, observou que por ora e devido às circunstâncias do mercado global de aço, não há nenhuma negociação em curso.

Para o executivo-chefe da ThyssenKrupp, o mais importante agora é a manter a confiança dos empregados na empresa para que ela continue a operar bem e alcance bom resultado financeiro. Nesse aspecto, enfatizou que a sócia Vale, dona de 27% do capital, tem dado importante cooperação na gestão da CSA. A empresa opera ao nível de 80% da capacidade instalada.

Já o carro-chefe do grupo em aço, a ThyssenKrupp Steel Europe, uma produtora de material de alta qualidade para vários setores, como o automobilístico, poderá ter seu destino sob a gestão do grupo alemão revisado em algum momento do futuro.

A mídia europeia já especulou tempos atrás que o conglomerado avaliava sair de vez desse negócio. Hiesinger pontua que não há nada definido sobre esse caminho, mas deixa a porta entreaberta. Um novo movimento de consolidação do setor na Europa pode ser a oportunidade de um novo posicionamento nesse negócio.

A siderúrgica na Europa, que faz um tipo de aço plano para aplicações específicas e de alto valor agregado, informa o executivo, melhorou bem seus resultados nos últimos anos. "Dobramos o Ebitda da companhia".

A Steel Europe tem capacidade de produção de aço bruto na faixa de 14 milhões de toneladas ao ano e está entre as grandes usinas de aço do continente. Mas, como as demais da União Europeia, perdeu e vem perdendo competitividade ante um cenário de

custos altos, restrições ambientais, baixos preços do aço e uma competição acirrada com aço chinês, russo, ucraniano e de outros países da Ásia.

"Temos um dos melhores produtos da siderurgia na Europa e um programa de eficiência que dobrou seu resultado financeiro, o Ebit", afirma o executivo. "Se começar a consolidação do setor europeu em cinco, oito ou dez anos, a ThyssenKrupp irá avaliar se participa. Bem claro: se acontecer. Hoje, nada está acontecendo".

Sob a gestão de Hiesinger, o grupo se desfez da divisão de aço inox, vendendo para a finlandesa Outokumpu, pois, conforme avaliou, o aço carbono, especialidade da Steel Europe, é mais lucrativo que o inox. Desfez-se também da Steel Americas, laminadora do Alabama (EUA), projeto que nasceu casado com a CSA, para ArcelorMittal e Nippon Steel em 2014.

O momento, lembra o executivo, não é de aquisições de empresas, pois os balanços das siderúrgicas retratam bem a situação ruim da indústria mundial do aço. "Será mais natural vermos acontecer associações entre empresas. Não há nada no momento e não é necessário ter pressa", diz.

Excedente de capacidade global preocupa as usinas

14/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

A retração de 2,1% na produção global de aço bruto em maio, na comparação com igual mês do ano passado, é mais um indício de que 2015 deverá ser marcado por um relaxamento na oferta.

Dados da World Steel, entidade que reúne os 170 principais fabricantes de 65 países, mostram que, com o resultado, a produção mundial no acumulado de janeiro a maio atingiu 675,62 milhões de toneladas, decréscimo de 1,9% ante as 689,04 milhões produzidas em igual intervalo em 2014.

Essa perda de fôlego, entretanto, é considerada tímida e incapaz de alterar o cenário de superoferta, reflexo de um excedente de capacidade instalada de 700 milhões de toneladas.

A gravidade da situação é mais bem compreendida sob a ótica da demanda. Após a produção global do insumo avançar 3,5% em 2013 e 1,2% em 2014, a capacidade de produção das siderúrgicas atingiu 2,168 bilhões de toneladas anuais, para um consumo de 1,598 bilhão de toneladas.

Um levantamento da própria World Steel mostra que, em 2015, sete anos após o início da crise financeira global, o consumo aparente de aço nos grandes mercados compradores ainda não terá voltado aos patamares pré-recessão. Os EUA consumirão 95,2% dos níveis verificados em 2007. O Japão, 79,9%, e a União Europeia, apenas 74,5%.

"Não há perspectiva de consumo para o excedente e a combinação de demanda mais fraca com superoferta, em um movimento parecido com o que ocorre com o minério de ferro, tem pressionado para baixo os preços dos principais produtos da siderurgia mundial", diz Wermeson França, analista da LCA.

As quedas contínuas nos preços são observadas desde o terceiro trimestre de 2014. Considerando um dos principais indicadores de preços do setor no mercado internacional, o da bobina laminada a quente, há quedas consecutivas desde ao menos dezembro.

Naquele mês, a tonelada era cotada a US\$ 502. Em junho de 2015, chegou a US\$ 374, uma desvalorização mensal de 4,8%.

O desajuste entre oferta e demanda é causado pela China, que responde por metade da produção global - e metade do excedente de capacidade atual. A situação se torna mais crítica, na opinião do analista Felipe Beraldi, da Tendências, pelo ritmo mais fraco de crescimento chinês e a queda nas encomendas de setores como o imobiliário e o industrial.

Com a demanda interna mais fraca, a China desova aço no exterior. "Em 2015, até maio, o consumo aparente chinês caiu 5%. Ao mesmo tempo, as exportações avançaram 28%, em um total de 43 milhões de toneladas. O excesso de oferta global e os preços internacionais baixos prejudicam a competitividade do Brasil, mesmo com o câmbio desvalorizado."

A sobre capacidade e o papel da China vêm sendo discutidos por diversos países produtores no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde o Brasil tem representação.

"A queda na produção global é mínima. Precisamos que haja esforço mais intenso no sentido de reduzir substancialmente o excesso de capacidade no mundo e esse não é um problema que empresas e associações regionais, individualmente, têm condições de endereçar", opina o CEO da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Baptista Filho.

Em meados de junho, entidades representativas do setor siderúrgico mundial - EUA, Canadá, Brasil e Europa incluídos - divulgaram manifesto em que alertam os governos para a necessidade de adoção de medidas imediatas para contornar o problema.

Quadro cinzento

14/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Retração nas vendas internas e no consumo aparente, demissões de funcionários, desligamento de alto-fornos e aciarias. O retrato da indústria siderúrgica em 2015 encontra, guardadas proporções, semelhança com o 2009 pós-colapso econômico global, quando seis alto-fornos foram fechados e os principais indicadores do segmento tiveram quedas de dois dígitos.

"Mas a situação econômica era melhor e as medidas anticíclicas para ativar o consumo e turbinar o crédito levaram a uma rápida recuperação", diz o CEO da ArcelorMittal Brasil, Benjamin Baptista Filho. "O que vivenciamos agora, ao que tudo indica, nos acompanhará por um período ainda longo", completa Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil.

Os fatores que levam o setor a enfrentar seu momento mais desafiador em meia década são divididos em dois blocos, um conjuntural e um estrutural, na opinião de Lopes. Entre os fatores conjunturais, a desaceleração da atividade econômica, os efeitos do ajuste fiscal e a perspectiva de uma retração de 1,5% no PIB em 2015 assumem o papel de vilões da vez.

E a maneira mais simples de detectar esse protagonismo é observar como se comportam os principais demandantes de aços longos e planos das usinas brasileiras: o segmento automobilístico, os fabricantes de máquinas e equipamentos e a construção civil.

"Com os três segmentos, falamos em 80% do consumo de aço no Brasil. O desempenho de todos é bastante ruim", diz Lopes. De fato. A produção nacional de veículos registrou

retração de 17,5% no acumulado de janeiro a maio, na comparação com igual período de 2014, mostra a Anfavea, a associação dos fabricantes.

A Abimaq, que congrega os fabricantes de máquinas e equipamentos, já prevê nova redução de consumo aparente, após o recuo de 14,4% em 2014. "As projeções de mercado seguem apontando para um cenário desafiador.

O segundo semestre não apresenta mudanças significativas em relação ao primeiro e acredito que a recuperação da demanda do mercado interno ocorra em 2016", diz André B. Gerdau Johannpeter, diretor-presidente da Gerdau.

A construção civil, por sua vez, convive com um momento de queima de estoques e represamento de lançamentos nos ramos residencial e comercial em um momento de financiamento escasso e do novo ciclo de aperto monetário.

"As grandes obras também estão praticamente paradas, reflexo dos gastos menores do governo e das investigações da Operação Lava-Jato. Com a demanda mais fraca, os distribuidores de aço tiveram, em maio, o maior nível para giro de estoque desde dezembro de 2010", diz Wermeson França, analista da consultoria LCA.

A demanda arrefecida desses e outros setores - linha branca e embalagens industriais, por exemplo - ajuda a compor a queda de 13,6% nas vendas internas de produtos siderúrgicos no acumulado dos cinco primeiros meses do ano, para 8,2 milhões de toneladas. Outro indicador que mede o nível de demanda junto às siderúrgicas também apresenta desempenho negativo no intervalo.

O consumo aparente, que agrega às vendas internas as importações por consumidores e distribuidores, recuou 10,9% no período. "É preciso ponderar que a queda desse indicador só não foi maior porque as importações continuam crescendo", diz Baptista Filho, da ArcelorMittal.

Dados do Aço Brasil apontam que as importações de produtos siderúrgicos somaram 1,7 milhão de toneladas de janeiro a maio, acréscimo de 4,9% ante igual período do ano passado.

O desempenho aponta para uma leve desaceleração no ritmo verificado até 2014, ano em que as compras externas avançaram 7,4%, um refresco ocasionado pela combinação de demanda interna fraca e real desvalorizado. Ainda assim, é consenso que as importações são a segunda variável conjuntural que explica a perda de competitividade das siderúrgicas em anos recentes.

Há pouca margem para discussão, também, que o país que mais causa "danos" ao Brasil é a China. Números do instituto mostram que, em 2000, o país importou 12 mil toneladas de produtos siderúrgicos chineses, o equivalente a 1,3% das compras brasileiras da categoria.

No ano passado, a participação de Pequim na pauta chegou a 52%, em um total de 2,1 milhões de toneladas de aço, montantes que compreendem apenas as importações diretas de aço. "Se somarmos também as indiretas, de produtos que contêm aço, fechamos 2014 com 8,7 milhões de toneladas importadas, o equivalente a uma Usiminas", diz Lopes.

Com empresas estatais fortemente subsidiadas e acusada de práticas predatórias no comércio internacional, a China responde por 425 milhões das 700 milhões de toneladas que ajudam a construir um cenário de sobre capacidade global de aço.

Às questões conjunturais soma-se um segundo rol de causas, de caráter estrutural, que ajudam a explicar o mau momento das siderúrgicas - em última análise, da própria indústria brasileira de transformação.

Um diagnóstico batizado pelo Aço Brasil como "perda da competitividade sistêmica". "São problemas que já estavam na pauta em outros anos, como o custo da energia elétrica, da mão de obra e as questões tributárias, agora agravados pelo fraco desempenho dos setores demandantes de aço", resume o analista da Tendências Consultoria, Felipe Beraldi.

O peso do "custo Brasil" foi captado em uma pesquisa que comparou a competitividade do país com dez países produtores. "O resultado é que, por conta de todos esses fatores, além de juros altos e da burocracia, captados no estudo que encomendamos, as siderúrgicas brasileiras têm custo, em média, 24% superior ao dos concorrentes", afirma o CEO da ArcelorMittal Aços Longos América Central e do Sul, Jefferson De Paula.

Em termos de utilização da capacidade instalada, as usinas brasileiras operam pouco abaixo de 70%. Nos últimos 12 meses até maio, 11.188 funcionários foram demitidos e outros 1.397 tiveram os contratos suspensos. Atualmente, são 20 unidades desativadas ou paralisadas, incluindo dois alto-fornos e quatro aciarias.

Gestão da água ganha importância na indústria

14/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

No primeiro trimestre de 2014, no auge da crise hídrica que assolou a região Sudeste, o gerente de meio ambiente da ArcelorMittal Brasil, Guilherme Abreu, enfrentou o maior desafio de sua carreira: elaborar em curtíssimo prazo um projeto emergencial para atender a unidade de aços longos no município de Piracicaba (SP).

A indústria estava ameaçada de reduzir a sua produção devido à drástica queda na vazão do rio Piracicaba, que chegou a apenas 5%. "O governo estadual cogitou até reduzir a outorga. Desenvolvemos um projeto de captação e dessalinização de água subterrânea e reservamos R\$ 3 milhões para os investimentos.

As chuvas retornaram, mas vamos concluir o projeto", afirma. Quando finalizado, diz, o sistema terá quatro poços com vazão de 50 m³/hora cada. "Não vamos mais depender da água do rio", afirma.

Apenas em 2014, de acordo com estimativas do Instituto Aço Brasil, o polo siderúrgico nacional investiu cerca de R\$ 200 milhões em iniciativas para gestão sustentável da água. Insumo tão importante quanto o minério de ferro, são necessários entre 2 m³ a 7 m³ de água para a produção de uma tonelada de aço.

As principais iniciativas adotadas foram a redução da vazão de captação, aumento da capacidade e melhoria dos sistemas de recirculação de água, controle de vazamentos e perdas e implantação de alternativas de reuso.

"Em 2004, quando da expansão da usina de aços planos de Tubarão (ES), implantamos uma estação de tratamento de água de reuso que utiliza o esgoto produzido na fábrica", afirma Abreu.

Em 2015, a companhia prevê investir cerca de R\$ 22,4 milhões na manutenção da estação de tratamento e em demais ações, que incluem a perfuração de poços nas usinas de Cariacica (ES) e Juiz de Fora (MG), está hoje dependente da captação do rio

Paraibuna. "Em Minas Gerais, não tivemos problema de estiagem, mas a legislação estadual é rígida em casos que haja necessidade de redução de outorga", diz.

Em 2014, a Gerdau investiu R\$ 172 milhões em ações de gestão de água e de proteção ao meio ambiente. Segundo Enio Viterbo, diretor de saúde, segurança e meio ambiente, os atuais sistemas de tratamento e recirculação de águas industriais chegam a índices próximos de 100% dos recursos utilizados.

"Nosso foco é buscar alternativas que visem a redução da captação externa, principalmente nas unidades instaladas em regiões afetadas por eventuais crises hídricas", diz. Com plantas industriais em 14 países, diz Viterbo, há um permanente esforço em desenvolver projetos que aperfeiçoem o sistema de reuso e minimizem o desperdício. " Hoje reaproveitamos quase 100% da água utilizada no processo de produção do aço."

Desde 2000, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) investe em ações para reduzir o volume de captação das águas do rio Paraíba do Sul, que atravessa a cidade de Volta Redonda (RJ) e abastece boa parte do território fluminense.

Em 2000, o volume captado do rio pela Usina Presidente Vargas era de 8,8 m³/segundo e hoje é de 3,3 m³, com meta de alcançar 1,5 m³/segundo em 2020. Segundo Antonio Carlos Simões, especialista em meio ambiente da CSN, o índice de reuso e circulação é de 92%, devendo alcançar 97% em 2020.

Uma das medidas adotadas com sucesso foi a substituição de 34 trocadores de calor por sistemas de radiadores. Cada trocador utilizava 120 litros/seg para a troca térmica de óleo hidráulico enquanto os radiadores não utilizam água no resfriamento do óleo.

Com três fábricas no Sul fluminense, a Votorantim Siderurgia investiu na implantação de estações de tratamento de efluentes e com isso vem obtendo índices de 95% de recirculação da água.

Segundo Marco Tulio Lanza, gerente corporativo de segurança e sustentabilidade, o consumo vem reduzindo ano a ano. "Nas unidades de Resende e Barra Mansa, o consumo registrado em 1986 era de 0,15 m³/seg, caiu para 0,097 m³/seg em 2010 e fechamos 2014 com 0,092 m³/seg."

Já a Usiminas adotou a disseminação de estações de tratamento de efluentes em suas plantas nos municípios de Ipatinga (MG) e Cubatão (SP). Segundo a assessoria de imprensa da empresa, o índice de recirculação de águas nas duas unidades é de 96%. Em 1997 era de 88%.

Estrutura metálica é aposta na construção

14/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Na disputa com o concreto armado, o aço já desponta como primeira opção na construção civil, pelo menos nas grandes obras. Nessa concorrência, o aço está chegando ao canteiro de obras em forma de estruturas metálicas pré-moldadas, prontas para uso.

"A construção em aço representa atualmente cerca de 15% do universo do setor de edificações no Brasil", diz Carolina Fonseca, gerente executiva do Centro Brasileiro da Construção do Aço (CBCA).

Ainda há muito espaço para crescer. Nos Estados Unidos, 50% das construções multiandares comerciais são em aço; na Inglaterra, chegam a 70%. A executiva observa

que "hoje, produtividade e sustentabilidade são palavras chaves na área de construção" e que o aço atende essa expectativa. "Esperamos atingir 20% das construções em aço nos próximos cinco anos."

Segundo a executiva da CBCA, em processos convencionais, o desperdício de materiais pode chegar a 25% em peso. Com o aço, o entulho da obra deixa de existir ou é reciclado. "Por serem mais leves, as estruturas metálicas podem reduzir em até 30% o custo das fundações", diz Carolina. O tempo de construção é reduzido entre 10% e 20%.

A aceitação do aço se dá, sobretudo, pelo uso de estruturas prontas. "A construção metálica vem crescendo entre 30% e 50% mais que as obras com concreto nos últimos cinco anos no país", diz Jefferson de Paula, vice-presidente da ArcelorMittal Aços Longos Américas Central e do Sul.

"Na Arcelor, a estrutura metálica cresce 30% mais que o concreto armado", completa. "Nos próximos cinco anos, a tendência é que a construção com estrutura metálica continue crescendo, e só depois se estabilizará", prevê.

De acordo com o executivo da Arcelor, "cerca de 80% do que a companhia vende hoje para as construtoras são soluções com serviços agregados, prontas; há uma década eram 10%". Na média das construtoras, ele estima que entre 50% e 60% do aço já chega ao canteiro como soluções para agilizar a construção.

Por conta das vantagens, a construção civil já representa entre 35% e 40% nas carteiras de clientes das siderúrgicas. Para atender essa demanda, as companhias apostam em soluções "tailor made", com a entrega de estruturas pré-moldadas, que chegam praticamente prontas da fábrica para no canteiro de obras.

A pouca resistência que ainda persiste para a substituição do concreto pelo aço não se justifica mais pelo preço, já que as reduções do tempo e da mão de obra compensam a diferença.

O que prevalece é uma cultura pelo concreto armado que vem das escolas de engenharia do país, diz de Paula. A disputa entre aço e concreto também divide países europeus: "Na Alemanha, cerca de 80% das construções de edifícios e pontes são feitas com aço; na França 80% são de concreto".

Os números indicam que o Brasil está mais próximo dos conservadores franceses que dos ingleses. Mas tanto lá fora como aqui, o lobby das siderúrgicas é no sentido de ressaltar as vantagens do aço.

"Quando se pensa em aço, se pensa em uma obra inovadora, moderna, reciclável e durável", diz Bruno Mendes Campolina, gerente geral de vendas para Construção Civil e Infraestrutura da Usiminas.

"A construção metálica agrega redução de tempo do empreendimento, mão de obra especializada, racionalização no uso de materiais e aumento da produtividade no canteiro", explica. Outro benefício é a redução do cronograma de entrega, o que permite antecipar o uso do imóvel.

Se diante do concreto, o aço vai bem, o mercado da construção no seu conjunto vai mal. "Mesmo nas estruturas metálicas, houve queda de 13% no primeiro trimestre de 2015 sobre mesmo intervalo do ano passado", afirma de Paula, da Arcelor.

De acordo com o Instituto Aço Brasil, o consumo de aço para estruturas metálicas voltadas para a construção cresceu 6,4% entre 2012 e 2013. O Instituto estima um crescimento de 5% para o setor no ano passado.

Rótulo ecológico atesta desempenho diferenciado

14/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Uma das maiores fabricantes brasileiras de aço, a ArcelorMittal Brasil investe pesado no conceito de siderurgia verde. "Envolve todas as etapas dos processos produtivos da companhia e as principais iniciativas para melhorar o relacionamento com nosso pessoal e com as comunidades", explica Guilherme Correa Abreu, gerente geral de meio ambiente da ArcelorMittal.

A empresa conquistou a principal certificação ambiental da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) - chamada rótulo ecológico - para todos os seus aços longos. Agora, esse procedimento está sendo ampliado para os produtos de aços planos. O rótulo atesta que o produto possui desempenho ambiental diferenciado.

Além de contribuir para a utilização eficiente de matérias-primas, processos mais limpos e redução do desperdício de recursos naturais, adianta o executivo, os produtos homologados atendem às novas exigências do setor automotivo (Inovar Auto) e abrem caminhos para a exportação.

Trata-se de uma estratégia com resultados práticos e positivos obtidos em vários setores, ao longo dos últimos anos, assinala Abreu. Exemplo é o esforço de gestão de resíduos industriais. Em 2014, a ArcelorMittal reaproveitou cerca de 3,1 milhões de toneladas de resíduos industriais, dando novos usos aos agregados siderúrgicos, gases e outros coprodutos derivados do processo de produção do aço. A venda desses mais de 30 tipos de co-produtos gerou uma receita extra de R\$ 180 milhões à empresa no ano.

Os principais destinos dos materiais foram as indústrias de cimento e química. "Em 2015, a companhia vai investir cerca de R\$ 2 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novas aplicações para os co-produtos, evitando o impacto no meio ambiente, economizando no uso dos recursos naturais e ainda gerando riqueza", comenta.

No que se refere ao relacionamento com seus colaboradores, a companhia desenvolve vários projetos internos para a promoção da qualidade de vida dos empregados. Um exemplo é o projeto Zero Tabaco, que reduziu de 34% para 0% o número de fumantes entre os 4,8 mil empregados da ArcelorMittal, desde 1993, quando a empresa iniciou o Programa de Combate ao Tabagismo.

"Mais do que a economia financeira com despesas médicas (cerca de R\$ 30 milhões), a iniciativa, aberta para empregados e terceirizados, promete evitar as 53 doenças a que estão sujeitos os dependentes químicos do cigarro", afirma

Uso de carvão vegetal limpo traz bons negócios

14/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

Em 2012, as empresas produtoras de aço, por meio do Instituto Aço Brasil (IABr), assinaram um protocolo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), que ratifica o compromisso do setor com a produção sustentável do carvão vegetal.

Segundo Cristina Yuan, diretora de assuntos institucionais do Aço Brasil, o Protocolo de Sustentabilidade do Carvão Vegetal não é apenas uma carta de boas intenções. "No ano

passado, por exemplo, 93% do carvão vegetal utilizado para produção de aço no país foram supridos com madeira oriunda de florestas plantadas próprias ou de terceiros, em consonância com os requisitos legais."

Não se trata de pura beneficência. "O meio ambiente é um negócio muito bom para as empresas que atuam tanto pensando em cumprir a legislação do país quanto na redução de custos", diz Alexandre Mello, assessor de sustentabilidade, comunicação e assuntos corporativos da Vallourec, conglomerado francês com receita líquida no Brasil da ordem de R\$ 3,5 bilhões em 2013.

"Nesse ano, tivemos um ganho de R\$ 34,5 milhões apenas com a venda de co-produtos, que são resíduos gerados no processo siderúrgico que podem ser utilizados como matéria-prima para outras aplicações", afirma Mello.

Para a Votorantim Siderurgia, com operações em três países, capacidade de produção de 2,7 milhões de toneladas de aço por ano e mais de cinco mil funcionários, a sustentabilidade "orienta governança, gestão, investimentos e tomada de decisões", destaca Marco Túlio Lanza, gerente corporativo de segurança e sustentabilidade.

A companhia investiu R\$ 50 milhões em ações ambientais em 2014. Uma das ações relevantes, no ano passado, segundo Lanza, foi o investimento na captação de sucata como uma das principais matérias-primas, ao lado do ferro-gusa, para a produção de aço. A empresa promoveu o reaproveitamento de mais de 1 milhão de toneladas por ano em suas duas unidades do Sul Fluminense - Barra Mansa e Resende, conta.

Antiga Acesita, hoje pertencente ao grupo Aperam, com plantas no Brasil, Bélgica e França, a Aperam South America, produtora integrada de aços planos inoxidáveis e elétricos e aços planos de carbono especiais, trabalha não mais com a visão de resíduos, mas sim de co-produtos, aumentando a reciclagem e aplicação em outros processos, diz Glautiere Paiva Gomes, gerente de segurança e meio ambiente.

"Todo o gás de alto forno deve ser recirculado em breve e utilizado como fonte de energia, como boa parte já é", explica. O mesmo vale para água, energia, qualidade do ar e vários itens. "Temos um grupo corporativo que estuda impactos e medidas efetivas que a companhia deve adotar para ser cada vez mais sustentável com metas a serem alcançadas em 2020, pois a siderurgia verde permeia todos os processos da empresa", diz.

Em 2014, a Aperam investiu quase R\$ 12 milhões em ações de proteção ambiental.

A cearense Siderúrgica Norte Brasil S.A (Sinobrás), que produz vergalhões, telas, treliças, arames recozidos e outros, em Marabá (PA), é alinhada aos valores sustentáveis. "A área operacional é equipada com as tecnologias mais avançadas, respeitando o meio ambiente e os recursos naturais", destaca Clayton Labes, diretor de sustentabilidade.

No grupo, a Sinobrás Florestal, criada com o objetivo de assegurar a sustentabilidade em redutores bio energéticos, opera uma base florestal própria em Tocantins, formada por 13 fazendas, com mais de 16 milhões de árvores plantadas, distribuídas nos municípios de Araguatins e São Bento de Tocantins. "Tudo foi dimensionado ao suprimento integral da usina Sinobrás", afirma.

De acordo com o Instituto Aço Brasil, as empresas do setor investiram cerca de R\$ 1,2 bilhão em 2014 em projetos de proteção ambiental. São iniciativas que envolvem, entre outros, programas de conservação de energia, recirculação de água e reciclagem de aço. No ano passado, segundo Cristina Yuan, 53% do consumo de energia elétrica das usinas foram supridas por meio da autogeração, sendo 43% em termelétrica e 10% em

hidrelétrica. Mas as dificuldades da economia brasileira, no momento, apontam para uma retração dos investimentos nos programas das empresas de proteção ambiental.

"As empresas devem efetuar um adiamento temporário dos investimentos não só em sustentabilidade, mas em todas as áreas de produção, pois no momento a maior prioridade é a integridade do setor e a preservação dos empregos", afirma. "Atualmente, estamos com 20 unidades desativadas ou paralisadas, sendo dois altos-fornos, quatro aciarias, quatro laminadores e outros dez equipamentos diversos", destaca.

Mudança estrutural derruba cotações em Nova York

14/07/2015 - Fonte: Valor Econômico

O setor de siderurgia vive, globalmente, um problema estrutural: a sobrecapacidade. Tal excesso de oferta tem impactado diretamente os preços do metal. Em dezembro de 2010, a tonelada do aço era cotada, na Bolsa de Metais de Londres (LME), a US\$ 548. No final do último mês de junho, era negociada por US\$ 127, registrando queda de 76,8% no período.

Grande parte dessa oferta tem, como procedência, a China, que vem ganhando força crescente como exportadora do metal. Thiago Lofiego, responsável pela análise do setor de siderurgia e mineração do Bank of America Merrill Lynch, comenta que a estimativa é de que a China chegue a exportar 100 milhões de toneladas do metal neste ano.

A capacidade de produção de aço no Brasil, atualmente, é de cerca de 30 milhões de toneladas por ano. "É uma oferta muito significativa, cuja variação pode afetar outros mercados", avalia.

Não é à toa, portanto, que a sobreoferta de aço e a conseqüente queda nos preços têm impactado tanto as margens das siderúrgicas como seus valores de mercado. Companhias americanas negociadas na Bolsa de Nova York apresentam, em média, 23,1% de desvalorização desde 2014.

As europeias, listadas em suas respectivas bolsas, registram perdas de 18% no período, enquanto os papéis das brasileiras amargam 72% de desvalorização na BM&FBovespa. "Exposição à China, todos esses mercados têm", comenta Lofiego. "Mas os mercados são regionais, diferenciados pela demanda", explica.

Por isso, a queda no preço das ações brasileiras, em dólar, é mais acentuada que a de seus pares estrangeiros, já que reflete o menor consumo e investimentos, resultado da atual desaceleração da economia.

"Com a demanda retraída, há sobrecapacidade no ambiente doméstico, cenário que não permite sustentar os preços", explica. E não é esperada mudança desse quadro, no país, no curto prazo. Para este ano, diz, há expectativa de queda de 15% nas vendas domésticas de aço.

Esses fatores, comenta Carlos Bremer, sócio de consultoria da Ernst&Young, tem mudado o protagonismo dos mercados internacionais no setor siderúrgico. "Os emergentes não são mais tão interessantes", avalia, atribuindo essa mudança à desaceleração econômica nesses países, a exemplo do que ocorre no Brasil. "Já os Estados Unidos e a Europa, voltaram a ser", afirma.

Nos Estados Unidos, diz, há recuperação de demanda, e as empresas em bolsa - apesar do desempenho negativo acumulado - já mostram sinal maior de valorização, reflexo da retomada da economia naquele país, sobretudo da indústria e da construção civil. Na

Europa, as economias também começam a superar os efeitos da crise de 2008, retomando o fôlego para voltarem a crescer.

Bremer, porém, destaca que o atual excesso de capacidade do setor não se reflete apenas em preços menores. "Há dúvidas em relação à estratégia", afirma. "Não se sabe se a competição é entre empresas ou com governos, por conta dos subsídios para produção", como ocorre na China, diz.

Nesse cenário, Bremer avalia que a agenda de curto prazo das siderúrgicas seja a reação a essas mudanças globais. "Precisam se proteger", recomenda. As alternativas, nesse sentido, seriam ajustes financeiros e de operações, nivelando as capacidades de produção à demanda, que está em curva decrescente.

"Não tem nada que nos faça acreditar que haverá um boom nesse setor", comenta. Por isso, agora, "as empresas devem adotar, cada vez mais, ações de defesa".

Lofiego, do BofA Merrill Lynch, percebe que, em alguns mercados, há movimentos protecionistas, traduzidos em medidas antidumping contra a invasão do aço chinês, e até do russo e do turco, países que também vêm incrementando as exportações do metal.

No Brasil, diz, o produto tem 12% de tarifa de importação. Já para o médio e longo prazo, Bremer acredita que o setor tende a se tornar cada vez mais globalizado. "As empresas precisarão partir para novos mercados", afirma.

Dilma assina hoje MP que cria fundos para compensar perdas com mudança no ICMS

14/07/2015 - Fonte: Agência Brasil

A presidenta Dilma Rousseff deve assinar ainda hoje (13) uma medida provisória (MP) que cria os fundos de Desenvolvimento Regional e de Compensação dos Estados por perdas com a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O assunto foi tema de discussão nesta tarde entre o vice-presidente Michel Temer, os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e líderes da base aliada no Senado.

Nesta semana, os senadores devem apreciar o projeto que unifica o ICMS e a proposta que estabelece regras para regularização do dinheiro enviado irregularmente ao exterior, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Também será analisada uma proposta de emenda à Constituição para destinar recursos das multas para os estados.

De acordo com o líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), a presidenta Dilma Rousseff assina hoje a MP, que será publicada amanhã (14) no *Diário Oficial da União*. A intenção é votar nesta semana todas as proposições sobre o assunto, que, segundo ele, estão atreladas.

Na opinião do senador, o projeto de Randolfe é importante porque "traz dinheiro novo para o Brasil" que não estava no horizonte do Ministério da Fazenda. Por isso, ele ressaltou a importância de o Senado aprovar a medida antes do recesso parlamentar.

A ideia do governo é criar uma multa de 17,5% para regularização dos recursos. O recurso arrecadado vai para o Fundo de Compensação dos Estados. Também será criado um imposto com a mesma alíquota (17,5%), que será destinado ao Fundo de Desenvolvimento Regional.

O líder do governo disse que o projeto de repatriação cria condições para que os empresários superem dificuldades que existem atualmente. "Tem gente que tem

dificuldade de liquidez aqui e tem dinheiro sobrando lá fora. Há dificuldade para você movimentar hoje, porque os bancos, em função do sistema de compliance das instituições financeiras, estão criando cada vez mais dificuldade para você fazer qualquer movimento”.

Segundo Delcídio, o importante desse projeto é que ele abre perspectivas para a regularização desses recursos. “Isso é dinheiro novo que vai ser aplicado na reforma tributária, no pacto federativo, na unificação das alíquotas de ICMS”, afirmou.

Para o ministro da Fazenda, um ponto fundamental da proposta do senador Randolfe é definir “bem” a origem dos recursos para que sejam regularizados os que tiverem origem lícita. De acordo com Levy, caso haja consenso no Congresso será possível chegar a uma equação para destravar o investimento, aumentar a arrecadação dos estados e impulsionar o desenvolvimento regional.

“Esses são os dois fatores que são fundamentais: dar segurança para quem vier regularizar os recursos com os devidos cuidados para garantir que sejam recursos de origem lícita. E definir com clareza como vai ser distribuição dos recursos eventualmente amealhados no fundo para a infraestrutura, no desenvolvimento regional, assim como para o auxílio para outros estados durante transição do ICMS”, disse o ministro.

“Essa é uma proposta inteligente, bem feita pelo ministro Levy, pelo senador Randolfe, porque você usa recursos novos, cria condições para unificar as alíquotas de ICMS interestaduais e, com isso, você faz a reforma tributária, que é a reforma mais importante, talvez a medida econômica mais importante do governo até agora”, afirmou o líder do governo.

Rossetto nega desinteresse de montadoras em aderir ao PPE

14/07/2015 - Fonte: Agência Brasil

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, negou hoje (13) que as montadoras de automóveis, que são um dos focos do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), não estejam aderindo ao programa. Rossetto lembrou que o PPE ainda está sendo iniciado e é de livre adesão, ou seja, as empresas não são obrigadas a participar dele.

O programa foi assinado pela presidenta da República, Dilma Rousseff, no dia 6 de julho, com o objetivo de preservar os empregos em períodos de crise. Segundo o ministro, várias empresas dos setores químico, metalmeccânica, automobilístico e moveleiro manifestaram interesse em aderir ao programa, que está em fase de definição dos critérios de adesão. “No dia 22 [de julho], ou talvez até antes, vamos divulgar todos esses indicadores.”

Rossetto disse que a Volkswagen, a Mercedes-Benz e a Scania já procuraram o governo para manifestar interesse e pedir informações sobre o programa. “É um programa de livre adesão. O que o governo quer, com isso, é oferecer uma condição forte para reduzir demissões e manter o emprego”, explicou.

O ministro negou que haja resistência de trabalhadores ao PPE. “É um programa de livre adesão. Os sindicatos discutem abertamente, os trabalhadores discutem abertamente. Quem delibera sobre a adesão são os trabalhadores em assembleia em acordo coletivo específico.”

Na tarde de hoje, Rossetto esteve no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, São Paulo, para conversar com os sindicalistas sobre o programa e

esclarecer dúvidas sobre ele. Em sua saudação inicial, o ministro aproveitou para criticar os que pedem o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, conclamando os sindicalistas a lutar pela democracia.

“Vocês, que lideraram o Brasil na construção deste novo país: não tenho nenhuma dúvida de que irão afirmar muito claro que, se algum estranho não quer democracia, nós queremos ainda mais democracia”, afirmou o ministro.

O Programa de Proteção ao Emprego permite a redução em até 30% da jornada de trabalho nas empresas que aderirem a ele, sendo que metade das horas não trabalhadas será custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O programa terá duração de seis meses, que poderão ser prorrogados por mais seis. Durante a vigência do programa, e até dois meses após esse período, as empresas que aderirem não poderão demitir os trabalhadores que tiverem a jornada de trabalho reduzida.

“É um programa simples, claro e datado porque estamos trabalhando para que, em 2016, a retomada do crescimento da economia faça com que as empresas não precisem desse programa. Para as empresas, preserva a mão de obra qualificada e não desorganiza a capacidade de produção”, acrescentou Rossetto, em conversa com jornalistas.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Rafael Marques, elogiou o programa, mas prevê dificuldades para a implantação. Ele disse acreditar que as montadoras vão aderir ao PPE. A previsão de Marques é que até 3 mil empregos sejam mantidos com o programa na base do sindicato, que representa cerca de 90 mil trabalhadores dos setores de autopeças, máquinas e montadoras.

“Seguramente [as montadoras] vão aderir, especialmente as empresas que têm mais a ver com este momento de queda nas vendas que, no nosso caso, são a Mercedes-Benz e a Volks. A Volks vai levar um tempo, porque ela iniciou um *lay off* [suspensão temporária do contrato de trabalho] na segunda-feira passada, e assim ela tem o prazo mínimo de dois meses para manter seus empregados em regime de *lay off*”, disse Marques.

A Mercedes-Benz fez uma proposta de redução de salário, que foi rejeitada. Os trabalhadores entraram em folga coletiva e voltarão amanhã para a fábrica. A partir de amanhã, faremos um debate com os trabalhadores. A Mercedes já manifestou desejo de introduzir o programa na planta de São Bernardo”, explicou o sindicalista.

Para Marques, mesmo com a General Motors (GM) tendo declarado que não vai aderir ao programa e demitindo 419 empregados, na semana passada, em São Caetano do Sul, a expectativa para as demais montadoras é positiva.

“O plano está bastante satisfatório e cabe bem em uma conjuntura como esta que estamos vivendo. Como ele é piloto, poderá ser melhorado. É um programa que poderá ser utilizado não somente em momentos de crise e se tornar um programa que dá maior valorização ao emprego no Brasil, porque hoje temos o seguro-desemprego, que defende o desempregado, e a oneração das demissões por meio do FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] e da multa, mas nenhum deles defende o trabalhador empregado”, acrescentou Marques.

“A GM foi um pouco precipitada, e o sindicato [que representa os trabalhadores da GM de São Caetano do Sul] deveria exigir mais da GM as contrapartidas de preservar o emprego”, criticou o sindicalista.

Procuradas pela **Agência Brasil**, a Mercedes-Benz e a Volkswagen informaram que estão avaliando se vão participar do programa. Já a General Motors, até o momento de publicação desta matéria, não respondeu se vai participar.

Comércio tem retração de 4,5% em maio, a maior desde 2003

14/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

As vendas do comércio surpreenderam negativamente e tiveram queda de -4,5% em maio comparado com o mesmo mês de 2014.

É a maior retração para esse tipo de análise desde agosto de 2003 (-5,7%). Foi o pior resultado para meses de maio desde 2003 (-6,2%).

Os dados foram divulgados na manhã desta terça-feira (14) pelo IBGE e consideram a série livre de efeitos típicos de cada período (como o número de dias úteis).

Na passagem de abril para maio, a queda foi de 0,9% —o quarto mês consecutivo de retração. Com isso, o comércio teve queda de 0,5% em um período de 12 meses.

É a primeira vez em que se observa uma variação negativa para 12 meses desde o período terminado em março de 2004 (-0,6%).

Os valores surpreenderam. A expectativa da agência internacional Bloomberg era de queda de 0,3% em abril comparado com maio e de 3,07% na comparação entre maio de 2015 e o mesmo mês do ano anterior.

Quando considerados todos os meses já transcorridos de 2015, a queda foi de 2%.

"O ano começou como terminou, com menor consumo das famílias, afetada pela menor renda", disse Juliana Vasconcellos, gerente de Serviços e Comércio do IBGE.

A retração do comércio ocorre após um longo ciclo de expansão desde 2004, sustentado sobretudo pelo aumento da renda dos trabalhadores e da oferta de crédito.

Neste ano, o comércio passa por uma intensa desaceleração, afetado pelo menor ritmo da economia, a queda do emprego e renda, crédito mais restrito e inflação em alta.

SETORES

Sete das dez atividades acompanhadas pelo IBGE tiveram que na passagem de abril para maio. Entre os destaques estão móveis e eletrodomésticos (-2,1%).

As vendas de móveis e eletrodomésticos têm sido afetadas pela redução da renda da população, além da retirada de incentivos fiscais e um fraco Dia das Mães em 2015.

O setor de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, um dos mais importantes da pesquisa, recuou 1,1% de abril para maio.

Artigos farmacêuticos, medicinais, ortopédicos e de perfumaria recuaram 0,4%. Esse grupo vinha resistindo às perdas do varejo.

AMPLIADO

O IBGE também calcula as vendas do varejo ampliado, que inclui os setores de veículos e materiais de construção.

O varejo ampliado apresentou queda de 1,8% na passagem de abril para maio, na série com ajuste sazonal.

Em relação ao mesmo mês do ano passado, o varejo ampliado recuou 4,12%.

As vendas de automóveis encolheram 4,6% de abril para maio, período marcado por pátios cheios nas montadoras e férias coletivas.

Já as vendas de materiais de construção encolheram 3,8% na passagem dos dois meses e 11,3% em maio na comparação ao mesmo mês do ano passado.

Brasil cai para sétimo no ranking mensal que mede as vendas globais de veículos

14/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Com retração de 26,2% nas vendas de veículos - na comparação entre maio de 2014 e maio de 2015 -, o Brasil é superado pela Grã-Bretanha e cai para a sétima colocação no ranking mensal que mede o desempenho do setor automotivo. Rússia (-38%), Japão (-7,9%), Alemanha (-6,9%), e Austrália (-1,4%) também registraram queda nas vendas do mês, de acordo com os dados da consultoria Jato Dynamics.

No acumulado do ano, a China ocupa o primeiro posto com 9,18 milhões de unidades vendidas, seguida por EUA (7,04 milhões), Japão (2,20 milhões), Alemanha (1,39 milhões), Grã-Bretanha (1,27 milhões) e Índia (1,26 milhões). Apesar da queda nas vendas, o Brasil mantém a sétima colocação com 1,06 milhões de unidades, acompanhado por França (942 mil), Itália (776 mil) e Canadá (756 mil).

Rússia (com 37,8% de retração), Brasil (com 20% de retração) e Japão (com 12,7% de retração) são os três, entre os quinze primeiros colocados, a apresentarem queda de vendas nos cinco primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior.

MARCAS MAIS VENDIDAS

Entre os dez grupos que mais venderam no mês de maio, apenas a Honda apresentou crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior (4,1%). A maior queda (10%) ficou com a PSA.

No acumulado, a Volkswagen lidera o ranking com 3,7 milhões de unidades - queda de 0,7% relação à 2014. Na sequência vem Toyota (3,41 milhões de unidades e queda de 3,7%) e General Motors (com 2,8 milhões de unidades e queda de 3,1%).

Hyundai (2,64 milhões de unidades 0,3% crescimento) e Ford (2,29 milhões de unidades e 2,4% de crescimento) ocupam o quarto e quinto lugares, respectivamente.

Empresa catarinense de TI enxerga crise como oportunidade e espera crescer 20% em 2015

14/07/2015 - Fonte: CIMM

Apesar das turbulências no cenário econômico nacional, o setor de Tecnologia da Informação vivencia um ótimo momento em Santa Catarina. Pelo menos, 1,5 mil postos de trabalho devem ser gerados pelo segmento até o final do ano no Estado, segundo dados de levantamento realizado pelo programa Geração TEC, promovido pelo governo catarinense.

Seguindo a tendência positiva, o ano deve ser de crescimento e contratações na [Consistem](#), empresa focada no desenvolvimento de softwares de gestão, com sede em Jaraguá do Sul e que atua em todo o território nacional. A organização, que conta com 29 anos de mercado, tem escolhido fazer parte do time dos otimistas e espera crescer cerca de 20% em relação a 2014.

Para os próximos cinco anos, a projeção é ainda mais arrojada e alcança os 60%. As contratações seguem acontecendo e os investimentos, principalmente em marketing, foram reforçados. Está prevista, inclusive, a ampliação da sede, com a obra tendo início ainda neste ano.

De acordo com o diretor comercial da empresa, Nilo Meinchein, o ano de 2015 tem sido o melhor dos últimos quatro. "Preferimos enxergar a crise como uma oportunidade. É no momento de crise, por exemplo, que muitas empresas param para refletir sobre seus processos. Neste contexto, nossos produtos e serviços acabam sendo fundamentais para os gestores de todo o Brasil", explica.

Já o diretor da Consistem, Laureci Sabel destaca que a conjuntura atual exige atenção, porém, não estagnação. "É hora de colocar a casa em ordem para tudo estar pronto quando a economia voltar a crescer. É preciso continuar investindo, mas com o pé no chão", avisa.

Assumindo essa estratégia, a empresa também fez inovações. "Este é o ano que mais estamos investindo em ações de marketing e propaganda", finaliza Nilo Meinchein. Além de ter campanhas publicitárias em aeroportos e rodovias, a Consistem está presente em grandes portais da internet e também implantando um setor interno de telemarketing.

Trabalhadores dos estaleiros temem ficar a ver navios

14/07/2015 - Fonte: CIMM

Com 7.491 quilômetros de extensão litorânea, não é de se estranhar que o Brasil seja um dos grandes construtores navais do planeta, mas uma crise que provocou a perda de 14 mil empregos nos últimos seis meses está abalando os estaleiros do país.

Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), o número de trabalhadores no setor caiu de 82.472 em dezembro de 2014 para 68 mil em junho de 2015, um dado ainda mais significativo se for levado em conta que, há dez anos, o total de postos de trabalho gerados por esta indústria era de 14.442.

Desde janeiro, o Estaleiro Paraguaçu, na Bahia, demitiu mais de 3 mil trabalhadores, e o Estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, rescindiu o contrato de outros 2,4 mil.

O mais recente a entrar nessa lista foi o Estaleiro Eisa Petro Um, conhecido como Estaleiro Mauá, em funcionamento desde 1845. Este estaleiro demitiu cerca de mil pessoas em 26 de maio, e há apenas uma semana mais 2 mil foram dispensados temporariamente.

"Fui dispensado na quinta-feira passada sem nenhuma justificativa", lamentou-se o soldador Leonardo Martins durante a passeata realizada hoje por mil trabalhadores dos estaleiros até a sede da Petrobras, no centro do Rio de Janeiro.

O destino desta manifestação não é casual, já que a atual crise que a Petrobras enfrenta devido a seu escândalo de corrupção é apontada por muitos como um dos três principais motivos da situação crítica dos estaleiros. A decisão da companhia de reduzir em 37% seu investimento neste setor representa um terrível contratempo para a indústria naval.

Para que se tenha uma ideia da importância desta medida, das 324 encomendas que os estaleiros brasileiros têm atualmente, 26 são de navios petroleiros, 28 de sondas de perfuração e 15 de plataformas de produção da Petrobras.

"O problema não é de demanda. É de gestão", declarou à Agência Efe o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Paulo Cayres, que acusou tanto o governo como a Petrobras de uma corrupção pela qual os trabalhadores acabam pagando.

Outra medida que afetou o setor foi o ajuste fiscal aplicado pelo governo federal e que representou um corte de US\$ 23,3 bilhões nos gastos públicos para 2015.

Esta situação de crise obrigou o Ministério da Defesa a abandonar o programa Prosuper, que previa a compra de 11 navios de guerra que teriam que ter sido fabricados em estaleiros brasileiros.

Outra causa que historicamente afetou todos os países que avançaram em suas conquistas sociais é a internacionalização da produção em prol da redução dos custos. Apesar ser um dos principais parceiros comerciais do Brasil, a China se tornou uma grande ameaça ao setor naval brasileiro.

"Devido à frágil atuação do Estado na regulação do transporte marítimo no litoral brasileiro, grandes operadoras internacionais dominam o mercado sem nenhum compromisso de construção local", disse o Sinaval em seu 'Balanço de 2014 e Previsão para 2015'.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, Edson Carlos Rocha, não se conforma com o cenário e afirmou à Efe que lutará para "que os navios do Brasil sejam exportados para a China, para a Coreia ou para qualquer lugar do mundo".

Enquanto isso, como ressaltou com uma pitada de sarcasmo um montador de andaimes do Estaleiro Eisa Petro Um que pediu para ser identificado apenas como "Deivid", os funcionários ficarão "a ver navios".

Produção nacional de aço bruto deve cair 3,4% em 2015

14/07/2015 - Fonte: CIMM

A produção do aço bruto no Brasil deve chegar a 32,8 milhões de toneladas neste ano, representando uma queda de 3,4% na comparação com o ano passado, de acordo com estimativas do Instituto Aço Brasil. As vendas internas de produtos siderúrgicos devem cair 15,6%, atingindo 18,3 milhões de toneladas de aço.

O consumo aparente do material no país será de 22,3 milhões de toneladas, com redução de 12,8%, correspondendo a um retorno ao patamar de 2007. As importações deverão atingir 4 milhões de toneladas, alta de 0,8%.

A queda nos setores automotivo, de construção civil e de máquinas e equipamentos, que respondem por quase 80% do consumo do aço no país, é a maior responsável pelos recuos registrados pelo instituto.

Segundo o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, as indústrias de aço e de transformação, por causa de questões estruturais e conjunturais, vivem a maior crise de sua história. "Esta é uma crise muito forte e diferente daquela de 2008 e 2009."

Para Marco Polo, a avaliação do conselho e de associados do instituto é que a crise de 2008 pegou o setor de forma diferente e, por isso, a recuperação foi mais rápida. "Estamos mergulhando na crise atual em condições mais adversas, pois tivemos quedas de crescimento mais recentemente."

Os números indicam que, de janeiro a junho, a produção cresceu 2%. As vendas internas caíram 12,9%, o consumo aparente caiu 10,4%, e as importações cresceram 4,3%. "As importações cresceram, apesar da apreciação do dólar e das expectativas de que, com a flutuação da moeda, pudesse haver refluxo", explicou.

Marco Polo Lopes acrescentou que as questões estruturais e conjunturais obrigaram o setor a usar sua capacidade produtiva em grau muito baixo.

"Deveríamos estar operando com 80% da capacidade instalada, mas operamos com 69%, muito abaixo do que seria razoável. Se nada for feito com relação a essa situação de importações no país, estaremos em 2024 com 46% do consumo via importações diretas e indiretas. É inaceitável que se monte um parque industrial para ser atacado pelas importações."

Ele destacou, entre os impactos da crise no setor, a demissão de 11.188 funcionários e a suspensão de 1.397 mil contratos. Segundo Marco Polo, no ano passado, o setor empregava 122.139.

A estimativa é que, no fim do ano, o setor feche com 15 mil postos de trabalho a menos, o que corresponde a 13% do contingente, disse ele. "Também ocorreu adiamento de US\$ 2,1 bilhões. Com isso, deixamos de gerar 7,2 mil novos postos de trabalho. Esse quadro se agravará se não houver medidas de reversão."

Brasil contém crescimento global da Renault

14/07/2015 - Fonte: Automotive Business



As vendas globais do **Grupo Renault** tiveram crescimento tímido no primeiro semestre de 2015. Enquanto o mercado global de veículos avançou 1,4% no período, a companhia ampliou seus negócios em 0,7%, para 1,37 milhão de emplacamentos.

A performance foi afetada por condições adversas principalmente em alguns países emergentes. Um deles é o Brasil, segundo maior mercado da empresa no mundo, onde as vendas somaram 89,5 mil unidades, com retração de 18,7% na comparação com o primeiro semestre de 2015.

Ainda assim, a queda foi menor do que a do mercado total no período, que se contraiu 20,7%. Com isso, a Renault ganhou participação no País e respondeu por 7% das vendas no período.

A Rússia também apresentou queda expressiva, de 40,8% para 57,1 mil unidades. O tombo foi maior do que o das vendas totais, que diminuíram 37,1%. A companhia encontrou ainda dificuldades no mercado Argentino.

Diante do cenário econômico incerto, a montadora decidiu reduzir seus volumes de importação e, portanto, suas vendas no país, que encolheram 39,8% para apenas 31,8 mil unidades.

Apesar das dificuldades, na análise da companhia o desempenho foi positivo no período.

"Neste primeiro semestre de 2015 fortalecemos sensivelmente nossa posição na Europa e conseguimos amortecer a queda dos mercados russo e brasileiro. Estes resultados demonstram que somos menos dependentes de um ou outro mercado e que sabemos aproveitar oportunidades onde quer que elas se encontrem", apontou em comunicado Jérôme Stoll, membro do diretor comercial do Grupo.

O desempenho quase estável no semestre na comparação com a primeira metade de 2014 foi mantido por causa do bom resultado da companhia na Europa, onde a Renault vendeu 849 mil veículos, entre carros de passeio e utilitários, com crescimento de 9,3%, superior ao do mercado da região, que avançou 8,5% no período.

A montadora destaca ainda ter aproveitado oportunidades em outros mercados em crescimento, como Turquia, Romênia e Argélia, países onde registrou crescimento de dois dígitos. Na América do Sul, a Colômbia também sobressaiu. O Grupo alcançou 17,6% de participação ali, um ponto porcentual acima do primeiro semestre de 2014.

As vendas permaneceram no mesmo patamar na região que inclui África, Oriente Médio e Índia, com leve alta de 0,7% para 150,7 mil veículos. Na Ásia e Pacífico os resultados pioraram, com redução de 5,6% no volume de emplacamentos, para 53,6 mil.

A baixa foi puxada pela China, onde as vendas recuaram 45,5% enquanto o lançamento de um veículo produzido na região não acontece, ação que está prevista para 2016.

PERSPECTIVAS

O Grupo Renault espera manter o crescimento até o fim do ano, com performance apoiada no fortalecimento da demanda na Europa, onde está prevista expansão de 5% nas vendas totais.

A expectativa da companhia para o mercado global ficou menor, com crescimento em 2015 estimado em 1% no lugar dos 2% previstos anteriormente. A redução reflete a desaceleração do crescimento econômico da China e as condições ruins na América Latina e na Rússia.

Entidades buscam expandir Simples Nacional para organizações sociais

14/07/2015 - Fonte: Contabeis.com

O terceiro setor poderá contar, em breve, com um sistema simplificado de tributação. As discussões sobre o tema devem tomar força neste segundo semestre para ser aprovada em 2016

O terceiro setor poderá contar, em breve, com um sistema simplificado de tributação. Representantes do segmento afirmam que as discussões devem tomar força neste segundo semestre para poder ser aprovada em 2016.

O projeto chamado Simples Social será uma extensão do [Simples Nacional](#), que simplifica e padroniza a tributação nas empresas que faturam até R\$ 3,6 milhões ao ano, mas será destinada às entidades como associações, fundações, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips).

"Há uma ideia que por ser sem fim lucrativo, não é tributada, mas é sim. Se a ONG tiver um bazar ou uma lanchonete, que não tem a ver com sua atividade, mas ajuda a pagar as contas, essa receita é tributada. Assim, enquanto a carga de ISS e [ICMS](#) de quem está no [Simples Nacional](#) é de 4% ou 5%, para o terceiro setor é de 18%", justifica o

advogado e contador Ricardo Monello, diretor de assuntos legislativos e trabalho da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

Segundo Monello, que há 25 anos assessora organizações sociais em todo o Brasil, existem, hoje, cerca de 400 mil organizações, sendo que a maioria (90%) é de micro e pequenas empresas.

Além da Fenacon, entidades como Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (Sescon-SP), a Federação e a Associação Comercial de São Paulo (Facesp) e Associação Comercial de São Paulo (ACSP) estão se mobilizando pela criação do Simples Social.

"O terceiro setor é desorganizado, existe cada lei [tributária ou para abertura da organização] específica em estados e municípios. Padronizar e simplificar, nos moldes do [Simples Nacional](#), não é somente importante para o segmento, como também para o governo que terá como controlar melhor a arrecadação dessas organizações", avalia o presidente do Sescon-SP, Sérgio Approbato Machado Júnior. Para ele, esse projeto ajudaria a fomentar a criação de ONGs, algo importante, principalmente em meio à necessidade de se fazer ajustes fiscais, que tem impactos nos gastos públicos em projetos sociais.

Conforme já se manifestou, a proposta também conta com apoio do o ministro da Secretaria da Micro e Pequena empresa (SMPE), Guilherme Afif Domingos. Recentemente ele afirmou que a criação do Simples Social será colocada na agenda do Bem Mais Simples, programa que tem como objetivo agilizar a prestação dos serviços públicos e melhorar a eficiência da gestão pública, facilitando a vida do cidadão, das empresas e dos governos.

"Vamos buscar uma simplificação geral nas regras dessas entidades para que elas possam cumprir melhor o seu papel social", afirmou.

"Haverá ainda muitas discussões com entidades e com o governo. A Receita precisa ver quanto será o impacto dessa mudança no orçamento, e a rapidez vai depender também disso. Mas como a burocracia do terceiro setor é muita, talvez as discussões sejam concluídas neste segundo semestre", aponta Monello.

Proposta

De acordo com a Fenacon, como o tema é inédito e ainda não existe projeto de lei em andamento, a federação elaborou uma análise preliminar sobre o assunto, sugerindo a simplificação das obrigações tributárias (principais e acessórias) e dos processos burocráticos (abertura, encerramento e certidões).

"Nós estudamos qual seria a tabela de alíquotas adequada ao terceiro setor e estabelecer regras para enquadramento nas opções de imunidade e isenção, como exclusões em casos da entidade não cumprir corretamente a legislação. E esse sistema seria optativo", apontou Monello. "Não queremos reinventar a roda, como outras propostas, criar um regime com metodologias novas, queremos aproveitar o [Simples Nacional](#) para o terceiro setor", acrescentou o diretor.

Com relação à desburocratização desse segmento, a Fenacon sugere a utilização da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) para questões estatutárias e de abertura ou encerramento.

Do ponto de vista da fiscalização, outra proposta seria a utilização da chamada dupla visita. Ou seja, a fiscalização deverá respeitar, como norma, duas visitas, conforme ocorre

nas empresas, que consiste na primeira com função orientativa e a segunda e derradeira, uma função punitiva. Hoje, se cometer erros, a ONG é autuada imediatamente.

MP que aumenta contribuição sobre lucro diminuirá crédito bancário, diz Febraban

14/07/2015 - Fonte: EBC

Para Murilo Portugal, a MP vai encarecer ou diminuir o crédito bancário (Arquivo/Agência Brasil)

O presidente da Federação Brasileira de Bancos, Murilo Portugal Filho, disse nesta terça-feira (7) que, caso seja convertida em lei, a Medida Provisória 675/15 poderá tornar o crédito mais caro e mais difícil de ser obtido com instituições bancárias.

A medida, que aumenta de 15% para 20% a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) paga por instituições financeiras, entrará em vigor a partir do dia 1º de setembro de 2015.

O aumento dessa alíquota vai gerar um incremento na receita da CSLL de aproximadamente R\$ 747 milhões em 2015 e R\$ 3,8 bilhões em 2016. "Vai encarecer ou diminuir o crédito bancário. Por isso, apelo para que a MP não seja acatada", disse Portugal no Senado, onde participa de audiência na comissão mista criada para discutir a medida.

Segundo ele, a alternativa para amenizar os efeitos negativos da medida para o sistema bancário seria definir um prazo de validade para ela. "Foi proposta uma emenda para aumentar essa alíquota, mas em caráter temporário até 2018, quando retornaria aos atuais 15%. Essa emenda, que atende ao objetivo do governo de aumentar a arrecadação, tem nosso apoio", esclareceu o representante dos banqueiros.

Assessor de Economia do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martim Cavalcante explicou que a MP 675 é necessária para que o ajuste fiscal seja cumprido. Acrescentou que, isoladamente, ela não garantirá o crescimento da atividade econômica.

Para Cavalcante, será necessária também a adoção de outras iniciativas, entre elas o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aplicado sobre automóveis e cosméticos.

De acordo com o gerente de Políticas Econômicas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, o aumento de tributos causa "preocupação" para o setor. "Qualquer aumento penaliza os setores produtivos e o emprego. E qualquer medida de ajuste fiscal, de longo prazo, precisa ter estimativa do impacto na competitividade", concluiu.

EqSeed: plataforma online para investimento em micro e pequenas empresas começa suas operações

14/07/2015 - Fonte: Segs.com

Por meio do site de equity crowdfunding, é possível conhecer empresas, seus planos de negócio e realizar investimentos a partir de mil reais

Em franca expansão no Reino Unido e Israel, o equity crowdfunding - mecanismo que oferece oportunidades de investimento online em empresas - passa a ter uma nova plataforma em operação no Brasil: a EqSeed, fundada pelo inglês Greg Kelly, matemático

com carreira em banco de investimentos como Lloyds Bank, e pelo economista americano Brian Begnoche.

A proposta da EqSeed é simples: oferecer aos investidores - em um ambiente online - a oportunidade de descobrir e investir em micro e pequenas empresas. Em troca, o investidor recebe uma participação na empresa investida.

"Há alguns anos, quando atuava em Londres em banco de investimento, acompanhei o surgimento do equity crowdfunding na cena de investimentos e lembro da minha percepção de sua importância para o setor financeiro a toda a economia. Lançar uma plataforma do tipo no Brasil é a realização de um projeto de longo prazo meu e de Brian", explica Kelly.

"Há muitas empresas brasileiras que buscam investimento e não tem um canal eficiente como o que oferecemos agora: um meio de acesso e visibilidade a diversos investidores. Do mesmo modo, o investidor brasileiro deseja um produto de investimento alternativo, de renda variável e horizonte de longo prazo, com o qual possa diversificar sua carteira de investimentos de modo saudável", diz Begnoche.

"O Brasil já é pioneiro no segmento de equity crowdfunding e pode ser um dos líderes mundiais em alguns anos. Queremos ser parte deste processo", completa.

Por meio do www.eqseed.com, o potencial investidor pode descobrir e interagir com micro e pequenas empresas nas quais é possível investir a partir de R\$ 1 mil (por empresa). Visando a transparência, a plataforma oferece ao investidor a possibilidade de confirmar os dados da empresa, conferir o plano de negócio, além de contatar diretamente seus sócios.

Vale ressaltar que todas as campanhas publicadas passam por um rigoroso sistema de avaliação. Na prática, essas ofertas tomam forma de uma campanha com um prazo fixo e aproveita de um mecanismo de "tudo ou nada". Isto é, ou a empresa consegue arrecadar o montante total de investimento pedido no prazo, ou não recebe nada.

"O segmento de equity crowdfunding demanda empresas com equipes fortes e focadas, que visam atingir alto crescimento com modelos inovadores", diz Begnoche. "Para o investidor, isso significa poder fazer parte no futuro de momentos importantes da empresa, como uma venda futura, um IPO ou o pagamento de dividendos. É isso que torna a opção atraente para quem quer diversificar sua carteira", finaliza Kelly.

Sobre a EqSeed

A Eqseed é uma plataforma online para investimento em pequenas empresas no Brasil. Por meio do site www.eqseed.com, a empresa fornece oportunidades de investimento, por meio de uma modalidade de crowdfunding baseada em investimento - o equity crowdfunding. A empresa tem como sócios o inglês Greg Kelly - matemático e ex- Lloyds Bank; e o economista norte-americano Brian Begnoche.

Receita Federal publica atualização do Manual de Orientação do eSocial

14/07/2015 - Fonte: Portal CFC

A Secretaria da Receita Federal publicou, ontem (7/7), a atualização do Manual de Orientação do eSocial. O eSocial é um projeto que faz parte do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e visa unificar o envio de informações do empregador sobre o empregado.

A nova versão do manual está disponível no site do projeto (www.esocial.gov.br) e inclui os eventos totalizadores, utiliza o Cadastro de Atividades de Pessoa Física (CAEPF) de forma análoga ao conceito de estabelecimento na pessoa jurídica e retira o evento de adesão antecipada. Acesse a [Versão 2.1](#).

O Sped é composto por diversos projetos, como o eSocial, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), o Sped Contábil, Sped Fiscal, CT-e, FCONT, EFD-Contribuições e ECF. O objetivo do Sistema é informatizar a relação entre o Fisco e o contribuinte.

Para colocar o Sped em funcionamento, foram convidadas 27 empresas que utilizam a plataforma e apontam itens que podem ser aprimorados. As dúvidas e sugestões são debatidas mensalmente no Fórum Sped, que conta com os profissionais da contabilidade dessas empresas, técnicos de 20 instituições entre órgãos públicos, conselhos de classe, associações e entidades civis.

Segundo o representante do Conselho Federal de Contabilidade no Fórum Sped, Paulo Roberto da Silva, as mudanças não são significativas. "As mudanças da versão 2.0 para a 2.1 não são fortemente impactantes, porém o eSocial é uma verdadeira revolução nos procedimentos de Recursos Humanos das empresas e escritórios contábeis", disse. As alterações foram aprovadas pelo Comitê Gestor do eSocial.

Desde 2013 há uma versão do eSocial disponível para os empregadores domésticos. A partir de novembro de 2016, empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões em 2014, devem usar o portal para prestar as informações trabalhistas. Empresas que tiveram faturamento até R\$ 78 milhões em 2014 devem começar a usar o eSocial em janeiro de 2017.

Demissões perdem força no Sul de Minas

14/07/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Depois de sofrer, principalmente, com a queda na produção das montadoras instaladas no Estado e registrar um número expressivo de demissões, que chegaram a cerca de 700 do começo deste ano até maio, os fabricantes de autopeças do Sul de Minas estão passando por um momento de estabilidade. No entanto, a situação em Poços de Caldas piorou e no município o número de desligamentos de janeiro até agora chega a pelo menos 800.

Em Pouso Alegre, além da Flamma Automotiva (antiga Automotiva Usiminas), fabricante de cabines de caminhão, que demitiu aproximadamente 180 trabalhadores até maio, outra grande empresa da região, a Delphi Automotive System do Brasil, especializada na produção de chicotes elétricos para automóveis, também já havia reduzido o quadro.

Porém, depois disso, conforme o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Pouso Alegre e Região, Francisco Pereira dos Santos Filho, "a situação relacionada ao emprego se estabilizou". Segundo ele, o sindicato chegou a negociar várias medidas com as empresas, como férias coletivas, *lay off* (suspensão de contratos de trabalho), demissões voluntárias e até a redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários.

Mas as medidas não foram suficientes para conter as dispensas, que ocorreram com mais força até maio, para depois perderem fôlego e a situação se normalizar, como explica o sindicalista. Apesar disso, Santos conta que o nível de produção das empresas está abaixo do usual, tendo em vista a retração das encomendas.

Em Itajubá, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Itajubá, Paraisópolis e Região, José Carlos dos Santos, as demissões continuam ocorrendo, mas sem configurar

ainda um quadro de "demissão em massa". "Os desligamentos perderam ritmo, mas a produção das empresas está praticamente estagnada", informa.

No início deste ano, a Helicópteros do Brasil S/A (Helibras) lançou um programa de demissão voluntária (PDV), pelo qual pelo menos 40 funcionários foram desligados. Desde o ano passado, a Helibras vem sofrendo com o plano de contingenciamento de verbas do governo federal, com redução das compras de equipamentos para as Forças Armadas. E algumas demissões, inclusive, já teriam acontecido por causa disso.

Como uma "carta na manga", o presidente do sindicato local mantém no plano de negociações a redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários, o que, segundo ele, seria uma forma de adequar a produção à demanda e à situação atual, sem a perda de postos de trabalho.

Poços - Já em Poços de Caldas, o cenário é bem pior. Além fornecedores da cadeia automotiva, especializados em manutenção mecânica, montagem e fabricação de lanternas para veículos, empresas que atendem outros segmentos da indústria da transformação, como fabricantes de equipamentos e componentes para o setor de óleo e gás, também continuam demitindo.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Poços de Caldas e Região, Ademir Angelino, do começo de 2015 para cá, cerca de 800 metalúrgicos foram demitidos em toda a região. As negociações em andamento partem do princípio que esse número configura uma situação de demissão em massa.

"Entendemos que está ocorrendo demissão em massa e estamos negociando com as empresas um tipo de compensação financeira ou a reintegração do trabalhador ao quadro de pessoal. Vamos levar o assunto ao Ministério Público do Trabalho", afirmou o dirigente do sindicato dos metalúrgicos local. Segundo ele, a entidade tentou, anteriormente, negociar a suspensão de contratos.

Basicamente, a proposta era a empresa "demitir" o funcionário, que se beneficiaria do seguro-desemprego. Depois, quando o benefício trabalhista estivesse terminando, o trabalhador seria recontratado. Angelino contou, ainda, que entre as empresas que já demitiram trabalhadores na região está a Alcoa Alumínio S/A, que já anunciou o fim de suas operações em Poços de Caldas.

Vale inicia substituição da produção de ferro de alto custo

14/07/2015 - Fonte: Exame



A Vale planeja substituir capacidade de produção de minério de ferro de alto custo entre 25 milhões e 30 milhões de toneladas ao ano, mantendo sua meta de produção para 2015, informou a companhia, nesta segunda-feira, em um comunicado.

O informe ao mercado veio após o diretor executivo de Ferrosos da mineradora, Peter Poppinga, ter afirmado em um evento em São Paulo que a companhia já iniciou o processo de substituição da produção de 25 milhões de toneladas.

Os volumes que vão deixar de produzir são de minas do sistema Sul e "um pouco" a partir do sistema Sudeste, de Minas Gerais, bem como de terceiros.

O volume de substituição da produção é superior à previsão para 2015 apresentada ao mercado pelo executivo em abril, de 22 milhões de toneladas.

Questionado por jornalistas se a companhia atingiria meta de produção de 340 milhões de toneladas para este ano, Poppinga afirmou que "vamos tentar chegar a 340 milhões".

As ações da mineradora reagiram positivamente após os comentários do executivo, com as preferenciais avançando 6 por cento e as ordinárias disparando perto de 8 por cento perto do fechamento do pregão na Bovespa.

Em relatório, os analistas Alexander Hacking e Thiago Ojea, do Citi, afirmaram que "a Vale pode cumprir suas metas de produção para 2015 com uma mistura de minas de menor custo, ou seja, há um potencial de valorização de resultados".

Os analistas do Citi destacaram ainda que a notícia indicou que a Vale não está disposta a vender minério de ferro produzido com alto custo. "Os cortes de produção são de produtos de alta sílica, com 'breakeven' de 60 dólares/tonelada, em nossa opinião."

Em abril, Poppinga já tinha explicado que a interrupção da produção de algumas minas não deveria afetar a meta de produção para o ano, já que haveria a entrega de nova capacidade de 32 milhões de toneladas a serem somadas à capacidade de 330 milhões de toneladas de 2014.

Dessa forma, apesar da retirada das 22 milhões de toneladas planejadas à época, a empresa estaria entregando uma produção extra, neste ano, de 10 milhões de toneladas, incluindo volume de terceiros.

Naquela oportunidade, Poppinga adiantou também que 30 milhões de toneladas de minério menos competitivos seriam analisados para possível paralisação, dependendo do comportamento do mercado. Nesta segunda-feira, entretanto, o executivo evitou responder quantas toneladas de capacidade nova deverão ser acrescentadas ao longo deste ano.

Os planos da Vale divulgados em abril incluíam a retirada de minas menos competitivas, enquanto nova capacidade viria do sistema Sul e na Serra Leste de Carajás (PA), com melhores retornos.

COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

Poppinga afirmou ainda que os preços do minério de ferro estão sendo influenciados pelo comportamento de mercado de capitais na China, que passou por uma fuga de investidores nas últimas semanas, e que a cotação da matéria-prima já teria atingido um piso.

"O preço tem que ser mais alto, mas vai ter volatilidade grande para a frente. Chegou a um piso. Vamos ter uma recuperação", afirmou Poppinga.

Os preços do minério de ferro no mercado à vista da China tocaram na semana passada o menor nível em 10 anos, em meio a uma perspectiva negativa para a economia do país. Nos últimos dias, os preços apresentaram uma leve recuperação e agora estão perto de 50 dólares a tonelada, ainda 30 por cento abaixo dos valores praticados no fim de 2014.

Produção industrial da zona do euro fica abaixo do esperado

14/07/2015 - Fonte: Exame



A produção industrial da zona do euro caiu em maio, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira, contra expectativas de leve crescimento, sugerindo que a recuperação econômica da região estagnou no segundo trimestre, depois de um começo de ano bem sólido.

A agência de estatísticas da União Europeia, Eurostat, disse que a produção industrial nos 19 países que usam o euro caiu 0,4 por cento em comparação com o mês anterior, e com ganho de 1,6 por cento em comparação com o mesmo período do ano passado.

Foi o terceiro mês seguido de estagnação ou retração.

Economistas consultados pela Reuters esperavam em média um aumento mensal de 0,2 por cento e um aumento anual de 1,6 por cento.

A queda mensal foi mais acentuada para o setor de produção de energia, com o consumo de bens não-duráveis também em queda.

Governo sinaliza mais aumentos de impostos como parte dos ajustes

14/07/2015 - Fonte: Portal Contábil

Por outro lado, equipe econômica de Dilma Rousseff evita falar sobre a possibilidade de uma alteração na meta do superávit primário ou na criação de banda flexível para o cumprimento

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, sinalizou nesta segunda, 13, que o governo estuda novas medidas de aumento de receita, o que pode representar elevação de tributos. A indicação foi feita após reunião do Conselho Político realizada ontem.

"A equipe fiscal está avaliando todos os cenários, medidas de aumento de receita, medidas de gasto e isso vai ser divulgado na semana que vem", afirmou.

Questionado sobre a possibilidade de uma alteração na meta ou na criação de uma banda flexível para o cumprimento, Barbosa respondeu que "não foi discutido nessa reunião". O ministro ponderou, entretanto, que o governo tem obrigação de atualizar os dados e expectativas relativas ao cenário fiscal.

"A receita vem sendo menor do que se esperava", disse Barbosa. "O governo vai atualizar o cenário fiscal", completou, ressaltando que de dois em dois meses é elaborado o

relatório de programação fiscal com novos parâmetros. "Estamos sempre avaliando o cenário fiscal, temos por obrigação analisar, revisar", disse.

Porém, o ministro afirmou que manter a meta de economia para pagamento de juros da dívida pública deste ano, equivalente a 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB) - equivalente a R\$ 66,3 bilhões -, é uma "hipótese factível".

O setor público brasileiro acumula déficit primário equivalente a 0,68% do PIB nos 12 meses até maio, último dado disponível pelo Banco Central.

Medidas

Sobre o projeto que reduz a desoneração da folha de pagamentos, na parte da manhã desta segunda-feira, Barbosa afirmou que o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, está empenhado para tentar fazer com que seja aprovado no Congresso ainda neste mês.

E na tarde de ontem, Levy confirmou a afirmação do ministro do Planejamento e defendeu que o projeto seja aprovado pelo Congresso com celeridade. Segundo ele, o governo não quer que o ajuste fiscal e aumento de preços se alonguem até 2016. O apelo foi um recado ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que pode deixar a votação para o mês de agosto.

"Celeridade é importante. A principal questão de não atrasar a votação é que a gente não quer que o assunto ajuste e aumento de preços contamine 2016", disse.

"O objetivo do governo é fazer o dever de casa agora". De acordo com o ministro, a proposta do governo para reduzir a desoneração foi pensada para que "ninguém ficasse pior que no sistema tradicional."

Levy fez os comentários após reunião no gabinete do vice-presidente e articulador político Michel Temer, onde discutiu a reforma do ICMS com líderes do Senado.

Sobre essa reforma, ele comentou que "um ponto fundamental", é definir bem a origem dos recursos. "Tem que haver consenso no Congresso para se conseguir chegar nessa equação para destravar o investimento e possibilitar aumento da arrecadação em diversos estados", disse, ao acrescentar que a medida buscará incorporar "todos os sentimentos" e sugestões em torno da mudança

O ministro afirmou ainda que o projeto que unifica PIS e Cofins, promessa da presidente Dilma Rousseff, será encaminhado ao Congresso. "O projeto que unifica PIS Cofins deve ser apresentado brevemente. Esse também é um compromisso, está também na categoria dos que estão preparando o Brasil para crescer."

Ainda mais cedo, o ministro do Planejamento disse que o reajuste entre 53% e 78% para servidores do Judiciário, aprovado no Congresso no fim do mês passado, é incompatível com a situação fiscal do País.

"A presidente já se manifestou sobre isso. Da forma que está colocado, o reajuste não é compatível com a estabilidade fiscal" disse. Segundo Barbosa, o governo já vinha trabalhando com negociações para chegar a um acordo que gerasse menor impacto ao orçamento, como reajustes plurianuais.

Juntamente às negociações com o Judiciário, o governo prepara uma proposta para o reajuste dos servidores do Executivo.

"Estamos seguindo um cronograma para enviar ao Congresso uma proposta de reajuste para o Executivo até o fim de agosto", disse.

Pedaladas fiscais

Ainda ontem, Barbosa e o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams, apresentaram na reunião com a coordenação política do governo, as linhas gerais da defesa que o governo apresentará ao Tribunal de Contas da União (TCU), no processo das chamadas "pedaladas fiscais".

De acordo com Adams, o ponto central da defesa é mostrar que, no passado, a sistemática adotada pelo governo federal para repasses a bancos públicos era a mesma e não foi questionada pelo TCU. "O núcleo do nosso posicionamento está pautado pela regularidade reconhecida em relação à sistemática adotada até o momento", afirmou.

Adams disse ainda que o governo não vê problemas em aperfeiçoamentos que poderão ser feitos a partir da análise do TCU, mas que tem que ser a partir de agora e nunca "com conteúdo punitivo".

O ministro Nelson Barbosa acrescentou que o governo federal entregará formalmente a defesa ao TCU na próxima semana e reiterou que o governo sempre seguiu a legislação em vigor.

Unificação do PIS-Cofins deve ser apresentada 'brevemente', diz Levy

14/07/2015 - Fonte: Portal Contábil

Após se reunir com o vice-presidente Michel Temer no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou nesta segunda-feira (13) que o governo deverá apresentar "brevemente" proposta de unificação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Em janeiro deste ano, ao participar da primeira reunião ministerial do segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff chegou a afirmar que o governo preparava a reforma do PIS-Cofins para, segundo ela, "simplificar e agilizar o aproveitamento de créditos tributários pelas empresas".

Ao falar sobre o projeto nesta segunda-feira, Levy não entrou em detalhes sobre como se daria a unificação, mas disse que a medida "prepara o Brasil para crescer".

Questionado sobre se o governo já enviou o projeto ao Congresso, Levy disse que "ainda não".

"Este [projeto] deve ser apresentado brevemente. Este também é um compromisso que fica naquela categoria dos [projetos] que estão preparando o Brasil para crescer", disse o ministro no Palácio do Planalto.

Nesta segunda-feira, no artigo intitulado "Ajuste fiscal e voracidade tributária", publicado no jornal "Folha de S.Paulo", o professor William Eid, coordenador do Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas (FGV), afirma que a unificação das duas contribuições representaria aumento da carga tributária.

"Duas novas formas de aumento da carga tributária estão em discussão atualmente, e levando temor ao setor de serviços, hoje responsável por quase 70% do PIB do país.

A primeira é a criação de uma Cide (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico) sobre serviços cuja arrecadação serviria para compensar eventuais prejuízos de estados com a unificação de alíquota do ICMS.

A segunda é a substituição do PIS e do Cofins por uma nova contribuição social que passará a ser não cumulativa de forma linear para todos os setores", escreveu Eid no artigo.

Quem paga PIS e Cofins?

O governo cobra o imposto sobre o faturamento de empresas, inclusive as públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias. A exceção são as micro e pequenas empresas que aderem ao Simples Nacional.

Existem formas diferentes de incidência do imposto, com regimes cumulativo e não cumulativo.

As empresas que optam por ser tributadas pelo lucro presumido (uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto) estão sujeitas ao chamado regime cumulativo, em que as instituições pagam 0,65% de PIS e 3% de Cofins sobre suas receitas, sem considerar insumos ou serviços adquiridos de terceiros.

O cálculo nesse regime é feito sobre o preço de venda dos produtos. Assim, toda a cadeia paga o imposto (incluindo fornecedor, revendedor etc), de forma cumulativa.

Já as empresas que optam por ser tributadas pelo lucro real (base de cálculo do imposto apurada segundo registros contábeis e fiscais da empresa) estariam sujeitas ao regime não cumulativo. Nesse caso, o tributo é cobrado sobre o valor agregado (a diferença entre o valor de compra e revenda).

Funciona assim: quando uma empresa compra uma mercadoria de um fornecedor, registra como crédito o imposto recolhido pelos fornecedores, de 1,65% de PIS e de 7,6% de Cofins.

Quando a mercadoria é revendida, será recolhida então a diferença entre o crédito e o imposto devido, ou seja: um produto comprado por R\$ 200, por exemplo, e revendido por R\$ 300, tem descontados os impostos apenas sobre a diferença de R\$ 100, que foi o valor agregado.